
***Goldman Sachs do
Brasil Banco
Múltiplo S.A.***
***Demonstrações financeiras
consolidadas em
31 de dezembro de 2024
e relatório do auditor independente***

An aerial, top-down view of a city street, likely in New York City, showing a wide road with multiple lanes, crosswalks, and tall buildings on both sides. The buildings have a grid-like facade. The street is illuminated, suggesting dusk or dawn. A large white 'GS' logo is visible in the top right corner.

Goldman
Sachs

GS

CONSOLIDADO GOLDMAN SACHS BRASIL

Demonstrações Financeiras
Consolidadas em IFRS

2024

Índice



-
- 3** Relatório da Administração
-
- 6** Balanço Patrimonial (ativo, passivo e patrimônio líquido)
-
- 7** Demonstrações de Resultado
-
- 8** Demonstrações de Resultado Abrangente
-
- 9** Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
-
- 10** Demonstrações dos Fluxos de Caixa
-
- 11** Notas Explicativas da Administração
-
- 59** Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria
-

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – Em R\$ mil

Apresentação

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.818/2020, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras anuais do Consolidado Goldman Sachs Brasil (“Consolidado”), composto pelo Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. (“Banco”) e por sua subsidiária integral Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Corretora”), relativas aos exercícios findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, no padrão contábil internacional, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB), traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela International Financial Reporting Standards Foundation (IFRS Foundation).

Resultado do Exercício

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o Consolidado registrou Lucro Líquido de R\$ 887.148 (2023 - R\$ 395.302), correspondente a R\$ 0,31 (2023 - R\$ 0,14) por ação e Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido (ROE) de 21,27% (2023 - 14%).

Implementação das Novas Regras de Preços de Transferência - Lei nº 14.596, de 14 de junho de 2023

Em função da entrada em vigor da Lei nº 14.596/2023, em 1º de janeiro de 2024, que dispõe sobre as novas regras de preços de transferência, o Consolidado adequou a metodologia de cálculo aplicada registrando um impacto positivo no exercício de 2024. Essa nova legislação é o resultado do alinhamento do Brasil aos padrões internacionais e às diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Até 31 de dezembro de 2023, as Mesas de Renda Fixa e Renda Variável do Consolidado eram remuneradas através da prestação de serviços de assessoria financeira e suporte ao negócio, conforme contratos vigentes à época. Esses resultados eram determinados através da aplicação do modelo MCL - Custo mais Lucro (*Cost Plus Method*), que consiste na aplicação de uma margem de lucro aos custos incorridos nos serviços prestados às partes relacionadas, para fins de determinação do preço justo (*arm's length principle*).

Como consequência das alterações introduzidas pela nova legislação, houve a necessidade de revisão das atividades prestadas pelo Consolidado às empresas do grupo, uma vez que as novas regras preveem que a escolha da metodologia de preços de transferência a ser aplicada deve considerar a natureza da transação, a disponibilidade de dados comparáveis, a confiabilidade dos resultados obtidos e a adequação do método às circunstâncias específicas.

A escolha deve ser justificada e documentada, com revisões periódicas a fim de garantir a conformidade com as diretrizes da Instrução Normativa nº 2.161/2023. Dessa forma, a partir de janeiro de 2024, após estudos realizados com o apoio de consultores externos, o Consolidado assinou o contrato Global de Divisão Combinada do Lucro Residual, ou, em inglês, *Combined Residual Profit Split*, onde os resultados são apurados de acordo com o Método de Divisão de Lucros - MDL, para as operações das Mesas de Renda Fixa e Renda Variável, que consiste na divisão dos resultados obtidos em uma transação controlada.

A adequação a nova metodologia de preços de transferência, para as Mesas de Renda Fixa e de Renda Variável, gerou um incremento no resultado do Consolidado de R\$ 994.817, no exercício de 2024.

Límite de Basileia - Patrimônio de Referência

O Conglomerado adota a apuração dos limites operacionais e de Basileia tomando como base os dados consolidados do Conglomerado Prudencial Goldman Sachs (“Conglomerado”), formado pelo Banco, líder do Conglomerado, e pela Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., de acordo com as diretrizes do BACEN.

O índice de Basileia é monitorado diariamente e representa um importante indicador do montante de capital alocado em função do grau de risco da estrutura dos ativos.

Em 31 de dezembro de 2024, o índice de Basileia do Conglomerado, apurado de acordo com a regulamentação em vigor, foi de 27,08% (2023 - 19,35%), sendo superior, portanto, ao índice mínimo exigido pela regulamentação do BACEN.

Governança Corporativa - Comitê de Auditoria

Em cumprimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) nº 4.910, de 27 de maio de 2021, informamos que se encontra instalado o Comitê de Auditoria Único do Consolidado (“Comitê”), cuja constituição foi objeto de aprovação pelo BACEN em 09 de março de 2016.

Compete ao Comitê, dentre outras atribuições, zelar pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis do Consolidado, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos da empresa de auditoria independente e da auditoria interna.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

Gestão de Riscos

Acreditamos que gerenciar o risco de maneira eficaz é essencial para o sucesso do Grupo Goldman Sachs. Desta forma, contamos com processos de gestão de risco abrangentes através dos quais podemos monitorar, avaliar e administrar os riscos associados às nossas atividades. Tais processos incluem a gestão da exposição aos riscos de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, legal, social, ambiental e climático, regulatório e reputacional. Desenvolvemos nossa estrutura de gestão de risco com base em três componentes essenciais: governança, processos e pessoas.

O Conglomerado é parte integrante da estrutura de gerenciamento de riscos do Grupo Goldman Sachs e, conforme determinado pelas Resoluções do CMN nº 4.557/17, nº 4.943/21 e nº 4.945/21, foram implementadas localmente as políticas e estrutura de Gerenciamento de riscos e de capital, bem como de risco social, ambiental e climático

Responsabilidade Social, Ambiental e Climática

Em conformidade com as diretrizes estabelecidas nas políticas globais relacionadas às questões sociais, ambientais e climáticas, e com base nos critérios estabelecidos na Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática da Goldman Sachs Brasil, disponível publicamente no endereço eletrônico <https://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil/regulatory-disclosures/environmental-social-disclosure.pdf>, o Conglomerado reconhece a importância de sua responsabilidade quanto às questões social, ambiental e climática na condução de seus negócios e atividades. Também está empenhado em utilizar soluções de mercado para promover a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento das comunidades em que está inserido, assegurando o atendimento aos interesses de longo prazo de seus clientes e a preservação de valor a longo prazo para os seus acionistas. O Conglomerado atua para que suas instalações e negócios adotem soluções e práticas sustentáveis, uma vez que ambas se relacionam com o meio ambiente e com as comunidades em que está inserido.

O Relatório que detalha as ações implementadas com vistas à efetividade da PRSAC está divulgado publicamente no endereço eletrônico <https://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil/regulatory-disclosures/relatorio-de-acoas.pdf>.

Canal de Atendimento ao Público e Canal de Denúncias

Canal de atendimento ao público

Está em funcionamento o Canal de Atendimento ao Público (“Canal”), não estatutário, subordinado ao departamento de Compliance do Brasil. Trata-se de um canal público de comunicação com o Consolidado que substituiu o Canal de Ouvidoria. O Canal está disponível ao público de segunda-feira a sexta-feira (exceto feriados), das 9h às 18h por meio do toll-free 0800-727-5764 e/ou do e-mail contatogoldmanbrasil@gs.com.

Canal de denúncias

Em atendimento ao disposto na Resolução CMN nº 4.859, de 23 de outubro de 2020, o Consolidado designou o Departamento de Compliance do Brasil, como o órgão responsável pelo canal de comunicação por meio do qual seus funcionários, colaboradores, clientes, usuários, parceiros ou fornecedores podem informar, sem a necessidade de se identificarem, situações com indícios de ilicitude de qualquer natureza, relacionadas às suas atividades.

Os procedimentos de utilização do canal de comunicação podem ser encontrados na internet, no seguinte endereço: <http://www.goldmansachs.com/disclaimer/canal-de-denuncia.html>.

Endereço Eletrônico

Em conformidade com a Resolução BCB nº 54/20 do BACEN, as informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR) estão disponíveis no site: <https://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil/regulatory-disclosures/gestao-de-risco.html>.

Canal de Comunicação com o Público Goldman Sachs Brasil: 0800-727-5764 e/ou contatogoldmanbrasil@gs.com. Horário de funcionamento: segunda-feira à sexta-feira (exceto feriados), das 9h às 18h.

São Paulo, 26 de março de 2025

BALANÇO PATRIMONIAL EM E 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 - Em R\$ mil

Ativo	Notas	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	9	1.725.533	2.664.544
Ativos financeiros ao custo amortizado	10	2.388.218	300.535
Empréstimos		301.393	300.535
Outros ativos financeiros		2.086.825	-
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	11	32.305.768	14.942.696
Aplicações em depósitos interfinanceiros		814.477	261.872
Títulos e valores mobiliários		21.663.348	9.533.636
Instrumentos financeiros derivativos		9.827.943	5.113.641
Operações de crédito		-	6
Outros Recebíveis		-	33.541
Ativo tangível	12	21.900	27.046
Ativos fiscais	27	34.638	21.391
Outros		34.638	21.391
Outros ativos	13	862.113	783.457
Total do Ativo		37.338.170	18.739.669

Passivo e Patrimônio líquido	Notas	2024	2023
Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo no resultado		12.075.031	4.951.891
Instrumentos financeiros derivativos	11	12.075.031	4.951.891
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	14	19.369.131	9.069.747
Depósitos de clientes e instituições financeiras		8.522.018	8.213.186
Captações de mercado aberto		1.183.526	12.822
Obrigações por empréstimos		9.663.587	843.739
Obrigações fiscais	27	507.346	206.446
Imposto de renda e contribuição social – Corrente		296.923	91.512
Imposto de renda e contribuição social – Diferido		184.969	66.730
Outras		25.454	48.204
Outros passivos	15	1.215.091	1.223.162
Total do Passivo		33.166.599	15.451.244
Patrimônio Líquido	17	4.171.571	3.288.423
Capital social		2.822.788	2.822.788
Reservas de lucros		1.349.547	466.399
Outros resultados abrangentes		(764)	(764)
Total do Passivo e Patrimônio líquido		37.338.170	18.739.669

AS NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 Em R\$ mil, exceto lucro por ação

Demonstração do Resultado	Notas	2024	2023
Receitas de juros e similares	20	2.143.885	1.571.110
Despesas de juros e similares	21	(2.661.742)	(936.297)
Resultado líquido de juros		(517.857)	634.813
Receita líquida de comissões e prestação de serviços	23	557.670	738.984
Ganhos/(perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado	22	1.454.418	(10.935)
Ganhos/(perdas) cambiais líquidos		(131.655)	74.084
(Constituição)/Reversão de provisão para perda esperada de crédito		(6.574)	2.245
Benefícios a empregados	25	(660.406)	(509.702)
Outras despesas administrativas	26	(187.901)	(172.260)
Outras receitas/(despesas) operacionais	24	881.792	(69.055)
Lucro operacional antes da tributação		1.389.487	688.174
Imposto de renda e contribuição social – Corrente	27	(383.942)	(194.089)
Imposto de renda e contribuição social – Diferido	27	(118.397)	(98.783)
Lucro líquido do exercício		887.148	395.302
Lucro líquido por ação (em reais) – Básico e Diluído	17	0,31	0,14

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 -
Em R\$ mil

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	887.148	395.302
Outros resultados abrangentes	-	(313)
Ajuste de avaliação atuarial – Plano de benefícios definidos na controlada, líquido do efeito fiscal	-	(313)
Resultado abrangente do exercício	887.148	394.989

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 -
Em R\$ mil

Reserva de lucros

	Capital Social	Aumento de Capital	Reserva legal	Reserva estatutária	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2022	2.474.538	55.250	24.696	345.401	—	(451)	2.899.434
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	395.302	—	395.302
Remensuração de plano de benefícios definidos	—	—	—	—	—	(313)	(313)
Total do resultado abrangente do exercício	—	—	—	—	395.302	(313)	394.989
Aumento de capital - homologado	331.250	(55.250)	—	(276.000)	—	—	—
Aumento de capital – em fase de homologação	—	17.000	—	—	—	—	17.000
Pagamento do plano baseado em ações	—	—	—	—	50.601	—	50.601
Repagamento do plano baseado em ações	—	—	—	—	(50.601)	—	(50.601)
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,14 por ação)	—	—	—	—	(23.000)	—	(23.000)
Destinações:	—	—	15.876	356.426	(372.302)	—	—
Reserva legal	—	—	15.876	—	(15.876)	—	—
Reserva estatutária	—	—	—	356.426	(356.426)	—	—
Em 31 de dezembro de 2023	2.805.788	17.000	40.572	425.827	—	(764)	3.288.423
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	887.148	—	887.148
Total do resultado abrangente do exercício	—	—	—	—	887.148	—	887.148
Aumento de capital - homologado	17.000	(17.000)	—	—	—	—	—
Pagamento do plano baseado em ações	—	—	—	—	51.159	—	51.159
Repagamento do plano baseado em ações	—	—	—	—	(51.159)	—	(51.159)
Dividendos	—	—	—	(4.000)	—	—	(4.000)
Destinações:	—	—	44.178	842.970	(887.148)	—	—
Reserva legal	—	—	44.178	—	(44.178)	—	—
Reserva estatutária	—	—	—	842.970	(842.970)	—	—
Em 31 de dezembro de 2024	2.822.788	—	84.750	1.264.797	—	(764)	4.171.571

AS NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 - Em R\$ mil, exceto lucro por ação

	2024	2023
Atividades Operacionais		
Lucro líquido ajustado do exercício	1.552.789	313.423
Lucro líquido do exercício	887.148	395.302
Ajustes ao lucro líquido	665.641	(81.879)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalente de caixa	527.862	(187.828)
Constituição/(reversão) de provisões operacionais	129	96
Outras receitas e despesas operacionais	(17.919)	(20.602)
Depreciação e amortização	22.872	23.027
(Constituição)/reversão de provisão para perdas esperadas de créditos	6.574	(2.245)
Participações nos lucros	7.726	6.890
Ativos fiscais e passivos fiscais diferidos	118.397	98.783
Variações de ativos e passivos operacionais	(1.949.813)	(605.996)
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	(17.270.481)	12.942.424
Ativos fiscais e passivos fiscais correntes	(620.348)	200.849
Outros ativos	77.322	170.821
Passivos financeiros ao valor justo no resultado	7.123.140	(5.366.396)
Passivos financeiros ao custo amortizado	11.143.123	(8.206.130)
Ativos financeiros ao custo amortizado	(2.087.683)	564
Outros passivos	(15.668)	21.618
Imposto de renda e contribuição social pagos	(206.627)	(225.424)
Juros recebidos	857.038	840.161
Juros pagos	(949.629)	(984.483)
Caixa utilizado nas atividades operacionais	(397.024)	(292.573)
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado de uso	(4.125)	(9.408)
Caixa utilizado nas atividades de investimento	(4.125)	(9.408)
Atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(4.000)	-
Juros sobre capital próprio pagos	(6.000)	(26.750)
Aumento de capital	-	17.000
Caixa utilizado nas atividades de financiamento	(10.000)	(9.750)
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	(411.149)	(311.731)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.664.544	2.788.446
Variação cambial de caixas e equivalentes de caixa	(527.862)	187.828
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.725.533	2.664.544
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	(411.149)	(311.731)

NOTA EXPLICATIVA DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 - Em R\$ mil

1) Contexto Operacional

O Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. (“Banco”) é uma instituição financeira privada, constituída sob a forma de Sociedade Anônima, autorizada a operar como banco múltiplo com as carteiras de investimento e de crédito, financiamento e investimento, incluindo a gestão e administração de carteiras de valores mobiliários e fundos de investimentos e a prática de operações de câmbio.

O Banco, parte integrante do Grupo Goldman Sachs (“Grupo”), iniciou suas atividades operacionais no final de 2006 e vem desenvolvendo plataforma para novos negócios relacionados às atividades financeiras do Grupo no Brasil e no exterior. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas do Grupo, atuando de forma integrada nos mercados financeiros nacional e internacional, sendo os benefícios dos serviços prestados e os custos comuns dessa estrutura apropriados a cada entidade correspondente.

Em 2008, o Banco passou a atuar como Participante de Liquidação Direta (PLD) da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), passando a liquidar e custodiar suas operações de derivativos listados.

Em maio de 2008, o Banco Central do Brasil (“BACEN”) autorizou o Banco a constituir a Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Corretora”), sua subsidiária integral, a qual recebeu em dezembro de 2008 autorização do Conselho de Administração da B3 para operar como corretora no segmento de ações na categoria pleno. O Banco, como líder, e a Corretora, sua subsidiária integral, formam o Consolidado Financeiro Goldman Sachs (“Consolidado”).

Como parte de um esforço global de racionalização da estrutura societária do grupo Goldman Sachs (“Legal Entity Rationalization”), em 2017 foi constituída a sociedade Goldman Sachs Latin America Holdings LLC. (“Goldman Sachs Latin America”), a qual consolidou o controle das entidades Goldman Sachs na Argentina, Chile e México. A Goldman Sachs Latin America tem seu controle final exercido pelo Goldman Sachs Group.

Sob esta iniciativa, a Reorganização Societária Intragrupo teve como objetivo agregar as entidades Goldman Sachs na região sob uma holding comum, de forma a criar um plano de resolução (“Resolution Plan”) mais robusto para o grupo Goldman Sachs na América Latina, incluindo o Consolidado Goldman Sachs no Brasil.

Neste contexto a Reorganização Societária Intragrupo englobou os seguintes passos:

- Em atendimento ao disposto no artigo 9º, inciso IV, da Resolução CMN nº 4.970/21, foi criada uma sociedade limitada unipessoal, com sede no Brasil, sob a denominação de Goldman Sachs do Brasil Holding Financeira Ltda. (“GSHF”), cujo objeto social exclusivo é a participação societária em instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e que inicialmente teve como única sócia o Goldman Sachs Group; A The Goldman Sachs Group, Inc. contribuiu a totalidade da sua participação acionária no Banco, a qual correspondia a 99,9% do capital social total, para GSHF;
- A GS Global Holding LLC. (“GS Global Holding”) transferiu a totalidade da sua participação acionária no Banco, a qual correspondia a 0,1% do capital social total, para Goldman Sachs Latin America; e por fim
- A The Goldman Sachs Group, Inc. contribuiu a totalidade da sua participação acionária na GSHF para a Goldman Sachs Latin America.
- Com a conclusão da Reorganização Societária Intragrupo, o Consolidado passou a ser 99,9% controlado de forma direta pela GSHF, que por sua vez é controlada pela Goldman Sachs Latin America, a qual tem seu controle final, indireto, mantido pela The Goldman Sachs Group, Inc..

Em 23 de Outubro de 2023, o Banco Central do Brasil aprovou a reorganização societária intragrupo. Com a conclusão da Reorganização Societária, o Consolidado Goldman Sachs no Brasil passou a ser controlado de forma direta pela GSHF, que por sua vez é controlada pela Goldman Sachs Latin America, a qual tem seu controle final, indireto, mantido pela The Goldman Sachs Group, Inc .

Em 26 de março de 2025, a Diretoria aprovou as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

2) Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do Consolidado foram elaboradas em atendimento à Resolução CMN nº 4.818/2020 a qual determina que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, registradas como companhia aberta ou que sejam líderes de conglomerado prudencial enquadrado no Segmento 1 (S1), no Segmento 2 (S2) ou no Segmento 3 (S3), conforme regulamentação específica, devem elaborar demonstrações financeiras anuais consolidadas adotando o padrão contábil internacional de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e International Sustainability Standards Board (ISSB) traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela International Financial Reporting Standards Foundation (IFRS Foundation).

3) Políticas contábeis e critérios de apuração

As Demonstrações Contábeis Consolidadas foram elaboradas considerando os requerimentos e diretrizes do Conselho Monetário Nacional (CMN) que requer a elaboração de Demonstrações Contábeis Consolidadas anuais, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e International Sustainability Standards Board (ISSB).

Foram considerados os critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação estabelecidos nas IFRS e nas interpretações do International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC).

3.1) Base para consolidação

• Controlada

Controladas são todas as entidades nas quais o Consolidado detém o controle. O Consolidado controla uma entidade quando está exposto, ou tem direito a retorno, às variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Consolidado. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Consolidado deixa de ter o controle.

As demonstrações financeiras da entidade sobre a qual o Consolidado exerce controle estão consolidadas. As operações entre empresas do Consolidado, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados no processo de consolidação. As práticas contábeis da controlada foram ajustadas para assegurar consistência com as práticas contábeis adotadas pelo Consolidado.

• Escopo de consolidação

Nome da Companhia	País de Registro	Segmento	Participação total (em %)	
			Participação em capital votante	Participação em capital social
Goldman Sachs do Brasil CTVM S.A.	Brasil	Financeira	100,00	100,00

3.2) Novos pronunciamentos e alterações e interpretações de pronunciamentos existentes

• Alterações para o período findo em 31 de dezembro de 2024

- Alterações na IAS 1:** Apresentação das Demonstrações Contábeis: Segregação entre Passivo Circulante e Não Circulante
 - Esclarece quando considerar condições contratuais (Covenants) que possam afetar o direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, no mínimo, 12 meses após o período de relatório e inclui requisitos de divulgação para os passivos com Covenants classificados como não circulantes. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2024, com aplicação retrospectiva e não há impactos para as Demonstrações Contábeis Consolidadas.
- Alterações no IFRS 16:** Esclarece os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de sale and leaseback, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações ao IFRS 16 têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2024 e o Consolidado concluiu que não houve impactos iniciais com a aplicação desta regulamentação.
- Alterações no IAS 7:** Exige que as entidades forneçam divulgações adicionais sobre seus acordos de financiamentos de fornecedores. O IASB emitiu esses novos requisitos para fornecer aos usuários das demonstrações financeiras informações que lhes permitam avaliar como os acordos de financiamento de fornecedores afetam as obrigações e fluxos de caixa de uma entidade, e compreender o efeito dos acordos de financiamento de fornecedores na exposição de uma entidade ao risco de liquidez e como a entidade poderia ser afetada se os acordos não estivessem mais disponíveis para ela. As alterações no IAS 7 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024 e o Consolidado concluiu que não houve impactos iniciais com a aplicação desta regulamentação.

• Aplicáveis para períodos futuros

- IFRS 18:** Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: Substitui a IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras. A IFRS 18 introduz novos subtópicos e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de

financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Também requer que as empresas divulguem explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração de resultados. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

e. IFRS 9 : Instrumentos Financeiros e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros Divulgações: Publicado em maio de 2024, as alterações tratam: data de reconhecimento e baixa dos instrumentos financeiros e características relevantes na avaliação dos fluxos de caixa dos instrumentos financeiros para classificação e mensuração. Adicionalmente são aprimoradas as divulgações relativas aos instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros vinculados a eventos contingentes.

Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada, com aplicação retrospectiva. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

3.3) Conversão em moeda estrangeira

• Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas na moeda do ambiente econômico primário na qual a entidade opera (“moeda funcional”). Para o propósito de consolidação das demonstrações financeiras, o resultado e a posição financeira da entidade consolidada estão expressos em Reais.

• Transações e saldos

Transações em moeda estrangeira são aquelas originalmente denominadas ou com liquidação em moeda estrangeiras e são convertidas à moeda funcional utilizando a taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Os itens ativos e passivos monetários são convertidos pelas taxas de câmbio no final de cada período referentes ao ativo e passivo monetário em moedas estrangeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos com base na taxa de câmbio de fechamento em vigor na data do balanço patrimonial.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e conversões são reconhecidos pelas taxas de câmbio no final de cada período, referentes aos ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras nas demonstrações consolidadas do resultado.

3.4) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão compostos por saldos em contas correntes e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento na data da aquisição é igual ou inferior a 90 dias, de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeito a risco insignificante de mudança de valor.

3.5) Ativos e passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo na data da negociação acrescido, no caso de item não designado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

I) Classificação e Mensuração de Ativos Financeiros

O Consolidado aplica a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros para classificar seus ativos financeiros nas seguintes categorias de mensuração:

- Custo Amortizado - (CA);
- Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes – (VJORA);
- Valor Justo por meio do Resultado – (VRJ);
- A classificação e a mensuração subsequente de ativos financeiros dependem de:

- O modelo de negócios no qual são administrados;
- As características de seus fluxos de caixa Teste de Somente Principal e Juros (SPPJ) – (“Solely Payment of Principal and Interest Test – SPPI Test”.)

Modelo de negócios: representa a forma como é efetuada a gestão dos ativos financeiros para gerar fluxos de caixa e não depende das intenções da Administração em relação a um instrumento individual. Os ativos financeiros podem ser administrados com o propósito de: i) obter fluxos de caixa contratuais; ii) obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou iii) outros. Para avaliar os modelos de negócios, o Consolidado considera os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; como os gestores do negócio são remunerados; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração. Quando o ativo financeiro é mantido nos modelos de negócios i) e ii) é necessária a aplicação do SPPI Test.

SPPI Test: avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Se os termos contratuais introduzirem exposição a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa, tais como exposição a alterações nos preços de instrumentos de patrimônio ou preços de commodities, o ativo financeiro é classificado como ao valor justo por meio do resultado. Contratos híbridos devem ser avaliados como um todo, incluindo todas as características embutidas. A contabilização de um contrato híbrido que contenha derivativo embutido é efetuada de forma conjunta, ou seja, todo o instrumento é mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Custo Amortizado

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado caso atenda às condições previstas no SPPI Test, além do modelo de negócio, e não seja designado ao valor justo por meio do resultado. Em relação aos instrumentos mensurados ao custo amortizado, os juros auferidos são apurados mediante aplicação do método de juros efetivos, deduzindo a amortização do principal e juros, ajustados das provisões para perda de crédito esperada.

Taxa de Juros Efetiva

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta os recebimentos ou pagamentos futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro. Para o cálculo da taxa de juros efetiva, o Consolidado estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perda de crédito futura. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos. A receita de juros é calculada aplicando-se a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro. No caso de ativos financeiros com problemas de recuperação, é aplicada a taxa de juros efetiva ajustada (considera a perda de crédito esperada) ao custo amortizado do ativo financeiro.

Valor Justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

O Consolidado classifica a hierarquia de valor justo conforme a relevância dos dados observados no processo de mensuração. O detalhamento sobre o valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo Derivativos, bem como sobre a hierarquia de valor justo estão detalhados na nota 8.

O custo médio é usado para determinar os ganhos e as perdas realizadas na alienação de ativos financeiros ao valor justo, os quais são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Perdas líquidas de ativos e passivos.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas, respectivamente, na data de negociação.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se expiram ou quando o Consolidado transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para baixa. Caso contrário, deve-se avaliar o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado com qualquer controle retido não impede a baixa.

Compensação

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial exclusivamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Redução ao valor recuperável (“impairment”)

O Consolidado reconhece provisões para perdas de crédito esperadas com relação aos instrumentos financeiros que não são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Nenhuma perda por redução ao valor recuperável (“impairment”) é reconhecida em instrumentos de capital.

O Consolidado mensura as provisões para perdas a um valor igual às perdas de crédito esperadas durante a vida útil, exceto para os instrumentos abaixo, para os quais são registradas como perdas de crédito esperadas em 12 meses:

- instrumentos de dívida que apresentam um baixo risco de crédito na data de encerramento; e
- outros instrumentos financeiros nos quais o risco de crédito não aumentou substancialmente desde o seu reconhecimento inicial.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

O Consolidado estima a perda por redução ao valor recuperável de crédito por meio de provisão para perdas esperadas de crédito (“Expected Credit Losses” – “ECLs”). As ECLs são reconhecidas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. A medição das ECLs deve refletir:

- Uma quantidade ponderada e imparcial de probabilidades que é determinada pela avaliação de uma determinada quantidade de resultados possíveis;
- O valor do dinheiro no tempo; e
- Informações razoáveis e passíveis de verificação sobre eventos passados, condições econômicas atuais e previsões de condições econômicas futuras.

A mensuração da ECL também reflete como o Consolidado administra os instrumentos financeiros.

Classificação dos instrumentos financeiros por estágios

Os requerimentos de avaliação da redução ao valor recuperável de ativos financeiros são medidos usando um modelo de três estágios, com base nas mudanças na qualidade de crédito do instrumento financeiro desde quando foi inicialmente reconhecido:

- **Estágio 1** - instrumentos financeiros ativos que não tiveram um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial;
- **Estágio 2** - instrumentos financeiros ativos que experimentaram um aumento significativo no risco de crédito; e
- **Estágio 3** - instrumentos financeiros que foram considerados como ativos problemáticos.

Metodologia de estimativa de perda esperada “impairment”

- **Probabilidade de “default” (“PD”)**: O modelo estima a probabilidade de “downgrade” e a inadimplência a cada trimestre. As PDs de 12 meses de duração e para vida toda da operação representam a probabilidade de inadimplência que ocorre nos próximos 12 meses e o vencimento remanescente do instrumento, respectivamente. O modelo considera variáveis como região, indústria, segmento específico e outras informações específicas do cenário e do tomador. As PDs são determinadas por operação com base nas classificações de risco e outras características.

- **Exposição à inadimplência (“Exposure at default – EAD”)**: O modelo prevê a exposição bruta em caso de inadimplência do tomador como uma porcentagem do compromisso total na data de relatório em um determinado ambiente macroeconômico. O modelo estima a probabilidade de mudança na utilização e na direção e magnitude dessa mudança. As variáveis consideradas incluem exposição e utilização na data do relatório, finalidade da operação, indústria além de fatores macroeconômicos.
- **Perda em Função da Inadimplência (“Loss Given Default – LGD”)**: O modelo estima as perdas esperadas em determinados ambientes macroeconômicos na EAD, dado o evento de inadimplência e, levando em conta, entre outros atributos, o efeito mitigador da garantia e o valor do dinheiro no tempo.

A ECL de 12 meses é calculada por meio da utilização da PD de 12 meses, EAD e LGD. A ECL para a vida toda da operação é calculada usando a PD para esse mesmo período.

Modificação de Fluxos de Caixa Contratuais

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro são renegociados ou de outro modo modificados e isso não altera substancialmente seus termos e condições, o Consolidado não efetua sua baixa. Contudo, o valor contábil bruto desse ativo financeiro é recalculado como o valor presente dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados, descontados pela taxa de juros efetiva original e os efeitos da modificação são reconhecidos no resultado.

Quaisquer custos ou taxas incorridos ajustam o valor contábil modificado e são amortizados ao longo do prazo restante do ativo financeiro.

Se, por outro lado, a renegociação ou modificação alterar substancialmente os termos e condições do ativo financeiro, o Consolidado reverte o ativo original e reconhece um novo. A data da renegociação é, conseqüentemente, considerada a data de reconhecimento inicial do novo ativo para fins de cálculo de perda de crédito esperada, inclusive para determinar aumentos significativos no risco de crédito.

O Consolidado também avalia se o novo ativo financeiro pode ser considerado como originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito, especialmente quando a renegociação foi motivada por dificuldades financeiras do devedor. Diferenças entre o valor contábil do ativo original e o valor justo do novo ativo são reconhecidas imediatamente na Demonstração Consolidada do Resultado.

Transferência de Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando o Consolidado transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de sua propriedade. Caso não seja possível identificar a transferência de todos os riscos e benefícios, deve-se avaliar o controle para determinar o envolvimento contínuo relacionado à transação.

Se houver a retenção de riscos e benefícios, o ativo financeiro permanece registrado e é efetuado o reconhecimento de um passivo pela contraprestação recebida.

I. Classificação e Mensuração de Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto por:

- Passivos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado: classificação aplicada a derivativos. O Consolidado poderá designar passivos financeiros, irrevogavelmente, ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo), quando a opção reduz ou elimina significativamente inconsistências de mensuração ou de reconhecimento.

Baixa e Modificação de Passivos Financeiros

O Consolidado baixa um passivo financeiro do Balanço Patrimonial Consolidado quando ele for extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liberada, cancelada ou vencer.

Uma troca de instrumento de dívida ou modificação substancial dos termos de um passivo financeiro é contabilizada como extinção do passivo financeiro original e um novo é reconhecido.

Uma modificação substancial dos termos contratuais ocorre quando o valor presente do desconto dos fluxos de caixa sob os novos termos, incluindo quaisquer taxas pagas/recebidas e descontadas usando a taxa de juros efetiva original, for pelo menos 10% diferente do valor presente descontado dos fluxos de caixa restante do passivo financeiro original.

3.6) Compensação de ativos e passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros devem ser compensados, isto é, apresentados pelo valor líquido nos balanços patrimoniais consolidados, se (i) existir um direito legal corrente e executável para liquidar o montante por seu saldo líquido e (ii) se houver a intenção de liquidação simultânea do ativo e do passivo.

3.7) Arrendamentos

O Consolidado é arrendatário, principalmente, de bens imóveis (ativos subjacentes) para realização de suas atividades comerciais. O reconhecimento inicial ocorre na assinatura do contrato, na rubrica Outros Passivos, que corresponde ao total dos pagamentos futuros a valor presente em contrapartida ao Ativo de Direito de Uso, depreciados de forma linear pelo prazo do arrendamento e testados anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável. A despesa financeira correspondente aos juros do passivo de arrendamento é reconhecida na rubrica Despesas de juros e similares na Demonstração consolidada do resultado.

3.8) Ativo tangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os benefícios, riscos e controles desses bens. O imobilizado é apresentado ao custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada.

A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando-se as taxas que contemplam a vida útil-econômica do bem.

O Consolidado, anualmente ou quando houver qualquer evidência, avalia se há qualquer indicação de que um ativo pode ser não recuperável (ou seja, seu valor contábil excede seu valor recuperável). Caso tal situação ocorra, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil remanescente (se a vida útil precisar ser reestimada).

3.9) Provisões e passivos contingentes

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando o Consolidado tem uma obrigação presente ou não formalizada (obrigação construtiva) como resultado de eventos passados; e que seja provável a saída de recursos para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado confiavelmente. As provisões para passivos contingentes de natureza tributária, trabalhista e cível, quando aplicável, são constituídas e reavaliadas periodicamente pela Administração, que leva em consideração, entre outros fatores, as possibilidades de êxito das ações e a opinião de seus consultores jurídicos, bem como, modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar das incertezas inerentes ao seu prazo e valor.

Quando há um grupo de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada pelo Consolidado, levando-se em consideração o grupo de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído no mesmo grupo de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como “Despesas de juros e similares”.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

3.10) Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos (“impostos sobre a renda”). Os impostos sobre a renda são reconhecidos nas demonstrações consolidadas dos resultados, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Neste caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

A provisão para imposto de renda federal foi constituída utilizando a alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro excedente a R\$ 240 mil no exercício. Considerando que o Consolidado é composto pelo Banco, como líder, e por sua subsidiária integral, Corretora, a provisão para contribuição social foi constituída: (i) para o Banco, à alíquota de 20% do lucro tributável, e (ii) para a Corretora, à alíquota de 15% do lucro tributável.

Ativo e passivo fiscais diferidos referem-se, principalmente, aos ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL, sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente.

Considerando as perspectivas de realização dos ativos fiscais diferidos, em 31 de dezembro de 2024 o Consolidado manteve registrado: (i) crédito tributário de IRPJ com a alíquota nominal de 25% sobre os ajustes temporários a serem realizados; e (ii) crédito tributário relativo à CSLL o qual foi calculado mediante a utilização da alíquota aplicável de acordo com a perspectiva da realização dos ajustes temporários.

A compensação dos saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social com resultados positivos em exercícios futuros está limitada a 30% do referido lucro se maior que o total de ativo diferido constituído.

Para atendimento aos requerimentos do IAS 12, é efetuada a compensação de um imposto diferido ativo contra um imposto diferido passivo se, e apenas se, estiverem relacionados a impostos sobre a renda lançados pela mesma autoridade fiscal, e houver um direito por força de lei de compensar os impostos correntes ativos contra os impostos correntes passivos.

3.11) Benefícios a empregados

(a) Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo são aqueles a serem pagos totalmente dentro de doze meses após o final do exercício em que os serviços foram prestados. A contabilização é direta e as respectivas obrigações são mensuradas em bases não descontadas. Os benefícios que compõem esta categoria são salários, contribuições para a seguridade social, ausências de curto prazo, participação nos resultados e benefícios não monetários.

(b) Benefícios pós-emprego

Correspondem aos benefícios que serão pagos após o período de emprego. O Consolidado somente disponibiliza aos seus funcionários os planos de contribuição definida.

Um plano de contribuição definida é aquele onde o Consolidado faz aportes a uma entidade separada, onde não há responsabilidade do Consolidado (legal ou construtiva) de fazer aportes adicionais, caso o fundo não tenha recursos suficientes para pagar todos os funcionários, isto é, os riscos recaem sobre o empregado.

(c) Benefícios rescisórios

Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o emprego é rescindido pelo Consolidado antes da data normal de aposentadoria ou sempre que o empregado aceitar a demissão voluntária em troca do respectivo benefício. Estes benefícios são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas se as entidades estiverem dispostas e comprometidas com a rescisão, geralmente através de um plano formal e detalhado, que não pode ser suspenso ou cancelado. Os benefícios que vencem em mais de 12 meses após a data do balanço são descontados ao seu valor presente.

O Consolidado disponibiliza assistência médica pós-emprego aos seus funcionários como forma de benefícios rescisórios, de acordo com as regras definidas na convenção coletiva das Instituições Financeiras.

3.12) Plano de pagamento baseado em ações

Os funcionários elegíveis do Consolidado participam do Plano de Incentivo de Ações da The Goldman Sachs Group, Inc. através do recebimento de opções de ações de incentivos e de unidades de ações restritas (RSUs) por serviços prestados à empresa. A mensuração das RSUs é baseada no número de ações concedidas multiplicado pelo valor da ação na data da concessão, sendo a despesa do valor justo do serviço recebido auferida refletida no resultado ao longo do período de aquisição de direito (vesting period), que tem como referência o valor justo das opções na data da outorga excluindo os impactos de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não sejam variáveis de mercado.

The Goldman Sachs Group, Inc. paga equivalentes de dividendos em dinheiro em RSUs em circulação. O Consolidado firmou contrato de reembolso com o Grupo Inc. sob o qual está comprometido a pagar o valor justo na data de concessão, bem como movimentos subsequentes no valor justo desses prêmios para o The Goldman Sachs Grupo Inc. no momento da entrega das RSUs para seus funcionários.

As variações da marcação a mercado (MTM) e as variações cambiais das RSUs são registradas contabilmente no passivo em contrapartida ao resultado do exercício.

3.13) Reconhecimento de receitas e despesas

(a) Receitas e despesas de juros e similares

As receitas e despesas de juros e similares que sejam componentes do retorno esperado da operação e todos os custos inerentes atrelados a origemação do ativo ou captação do passivo são reconhecidas no resultado pelo prazo dos instrumentos financeiros originados (regime de competência) por meio da utilização do método da taxa de juros efetiva.

Este método calcula o custo amortizado de um instrumento financeiro e aloca a receita ou despesa de juros durante a duração do respectivo instrumento. A taxa efetiva de juros é aquela que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados pela vida esperada do instrumento ou quando apropriado por um período menor. Quando do cálculo dessa taxa, o Consolidado estima os fluxos de caixa, levando em consideração todos os termos contratuais do instrumento, mas sem considerar futuras perdas de crédito. O cálculo inclui todas as taxas e comissões diretamente atribuíveis à operação.

(b) Receitas de comissões e prestação de serviços

As comissões e prestações de serviços recebidas são reconhecidas nas demonstrações consolidadas dos resultados utilizando-se critérios que variam de acordo com as características das operações que as originaram. Os principais critérios são os seguintes:

- Receitas e despesas de tarifas e comissões, relativas a ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, são reconhecidas no resultado quando recebidas ou pagas;
- As receitas ou despesas recebidas ou pagas em decorrência de prestação de serviço são reconhecidas de forma linear pelo período de tempo em que perdurar a prestação destes serviços;
- As receitas e despesas recebidas ou pagas em decorrência de prestação de serviço cujo valor seja incerto ou cujo estabelecimento do direito de receber ou pagar esteja condicionado a um ou mais eventos futuros cuja ocorrência seja incerta são reconhecidas em um único ato quando o valor a receber ou a pagar se tornar conhecido ou quando o evento futuro de fato se concretizar. O recebimento deste tipo de comissão é auferido em prestações de serviço de assessoria financeira.

3.14) Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social é composto por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

(b) Dividendos e juros sobre capital próprio

O Consolidado pode declarar dividendos à conta do lucro apurado no balanço patrimonial. Os dividendos são contabilizados como um passivo no final de cada exercício.

Os dividendos e os juros sobre capital próprio são calculados e pagos de acordo com o resultado das Demonstrações Financeiras individuais das entidades consolidadas, que respeitam as normas contábeis brasileiras e regulamentações das instituições financeiras, e não com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS.

4) Estimativas contábeis críticas

A posição financeira e o desempenho do Consolidado são influenciados pelas práticas contábeis, premissas, estimativas e julgamentos da Administração.

Todas as estimativas e premissas requeridas em conformidade com as IFRS são as melhores estimativas de acordo com as regras aplicáveis. As estimativas e julgamentos são avaliados em bases contínuas e baseadas em experiências passadas e outros fatores, incluindo expectativas dos eventos futuros.

As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam maior impacto nos valores contábeis de ativos e passivos estão contempladas abaixo:

(a) Avaliação do valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de um instrumento financeiro é o valor pelo qual ele pode ser comprado ou vendido em uma negociação comercial entre partes cientes. Caso o preço cotado em um mercado ativo esteja disponível para um determinado instrumento financeiro, o valor justo é calculado com base nesse preço.

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo incluem principalmente valores mobiliários classificados como ativos financeiros mantidos para negociação, inclusive instrumentos financeiros e derivativos.

Caso não haja um preço de mercado disponível para o instrumento financeiro, seu valor justo será estimado com base no preço estabelecido em operações recentes envolvendo o mesmo instrumento ou instrumentos similares (dados observáveis) ou com base em técnicas de avaliação usadas no mercado financeiro considerando, quando aplicável, dados observáveis no mercado, como segue:

- Método de desconto ao valor presente para avaliação de instrumentos financeiros (método aplicável principalmente para instrumentos de dívida, swaps “vanilla” e operações a termo): os fluxos de caixa futuros esperados são descontados ao valor presente utilizando-se as curvas calculadas com base em dados observáveis de mercado (DIs, DDIs Futuros e etc.).
- Modelo Black & Scholes de avaliação de instrumentos financeiros (principalmente operações de opções e swaps exóticos): determinadas informações observáveis de mercado, tais como a diferença entre a oferta de compra e a de venda (bid-offer spread), taxas de câmbio, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado são utilizadas como “inputs” no modelo Black-Scholes com o propósito de se apurar o valor justo dos instrumentos financeiros avaliados sob este modelo.

Mais informações sobre os ativos e passivos financeiros estão descritas na nota explicativa 8 – Valor justo de ativos e passivos financeiros

(b) Mensuração do valor recuperável de ativos financeiros

As perdas decorrentes dos ativos financeiros não mensurados ao valor justo levam em conta a experiência histórica de perda de valor recuperável (impairment) e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação.

(c) Mensuração do valor recuperável do ativo tangível

O Consolidado apresenta como prática a verificação da existência de evidências objetivas de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros. Esta mensuração envolve critérios subjetivos de avaliação, tais como: análise de obsolescência técnica e operacional ou a expectativa de substituição do ativo por outro que gere benefícios econômicos futuros superiores ao anterior.

(d) Provisões para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas

As provisões são decorrentes de eventos passados e constituídas com base em processos judiciais onde é provável a saída de recursos para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser realizada. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências e jurisprudências disponíveis, a hierarquia das leis, as decisões mais recentes nos tribunais e a relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas considerando as alterações das circunstâncias, tais como: prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Mais informações sobre provisões para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas estão descritas na nota explicativa 16 – Provisão para passivos contingentes e obrigações legais.

5) Gerenciamento de capital

A política de gerenciamento de capital do Conglomerado foi criada em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17. Tal medida está alinhada com as recomendações do Comitê de Basileia para fortalecer o sistema financeiro, incentivar melhores práticas de gestão e avaliações de risco, assegurar a manutenção de valores apropriados de capital e planejar futuras necessidades de capital.

A adequação de capital é de fundamental importância para o Conglomerado. O objetivo do Conglomerado é ser capitalizado de forma conservadora, com relação aos seus níveis de risco e em comparação com as exigências e padrões de referência externos. Assim sendo, o Conglomerado implementou uma política abrangente de Gestão de Capital (“Política”) que se destina a definir e manter um valor apropriado de capital.

Os níveis de capital do Conglomerado são determinados, principalmente, pelos requisitos regulatórios, podendo ser também influenciados por outros fatores, tais como, expectativas de novos negócios e condições de mercado.

Os fatores que influenciam na revisão da política de gestão de capital incluem, dentre outros:

Leis, regulamentos e orientações regulatórias pertinentes;

As avaliações de risco do Conglomerado, incluindo os riscos de reputação e estratégicos;

A avaliação da estrutura de capital ideal do Conglomerado;

Ambientes de mercado e econômico;

Os negócios conduzidos pelo Conglomerado; e

Novos produtos e instrumentos de capital.

Comitê de Gestão (MC)

O Comitê de Gestão supervisiona as atividades do Conglomerado GS. O Comitê realiza esta supervisão diretamente e por meio da autoridade delegada aos subcomitês que ele estabelecer. O Comitê de Gestão é responsável pelas normas e práticas de negócios, inclusive gestão de risco à reputação e atendimento ao cliente, dentro do escopo de sua missão. As obrigações e responsabilidades do Comitê são:

- receber atualizações regulares a respeito dos negócios do Conglomerado GS;
- receber relatórios a respeito dos assuntos regulatórios significativos e da situação financeira do Conglomerado GS, inclusive suas demonstrações financeiras trimestrais;
- receber e apresentar os relatórios exigidos pelo regulamento do Comitê;
- cumprir quaisquer outras obrigações e responsabilidades delegadas ao Comitê de tempos em tempos.

• Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria Único do Consolidado GS é um órgão estatutário criado nos termos da Resolução CMN nº 4.910/2021, conforme alterada, reportando-se diretamente à Diretoria do Líder do Conglomerado. Dentre as suas atribuições, destacam-se:

- estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento ao qual devem ser aprovadas pela Diretoria;
- recomendar, à Diretoria, a entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente, bem como a substituição do prestador desses serviços, caso necessário;
- revisar as demonstrações financeiras semestrais, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer da Auditoria Independente do Consolidado;
- avaliar a efetividade da Auditoria Independente e da Auditoria Interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis ao Consolidado, além de regulamentos e códigos internos;
- avaliar o cumprimento, pela Diretoria, das recomendações feitas pelos auditores independentes ou internos;
- estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Sociedade, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação;
- recomendar, à Diretoria, correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; bem como acompanhar o cumprimento de suas recomendações pela Diretoria;
- elaborar, ao final dos semestres encerrados em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, Relatório do Comitê de Auditoria;
- acompanhar os trabalhos de órgãos de supervisão e fiscalização do Consolidado.

• Comitê de Risco

O Comitê de Risco do Consolidado GS (“GSBRC”) foi designado para executar as seguintes funções:

- supervisionar a implementação de gerenciamento eficaz de riscos;
- aprovar o nível de risco com o qual a instituição esteja confortável em suas atividades comerciais, incluindo Risco de Mercado, Risco de Crédito, Risco de Liquidez, Risco Operacional, Riscos Socioambientais e uso de Capital. Todos os limites de VaR para atividades de negócios novas e/ou existentes, bem como os níveis de posição de tipos e tamanhos previstos, devem ser aprovados pelo Comitê de Gestão de Capital antes da apresentação para aprovação no Comitê de Risco para determinar se o capital projetado é adequado para o plano plurianual;
- garantir a gestão eficaz dos riscos de novos negócios e produtos;
- revisão e monitoramento do risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez, risco operacional e social e ambiental;
- supervisão dos sistemas e controles que dão suporte aos negócios do Consolidado;
- garantir a conformidade com a regulamentação local em relação aos itens mencionados acima.

• Comitê de Remuneração

O Comitê de Remuneração do Consolidado GS é um órgão estatutário criado nos termos da Resolução CMN nº 5.177/2024. O Comitê de Remuneração reporta-se diretamente à Diretoria. Dentre as suas atribuições, destacam-se:

- aprovar a remuneração total dos diretores do Consolidado;
- aprovar a política de remuneração do Consolidado no Brasil e quaisquer alterações substanciais;
- preparar anualmente o “relatório do comitê de remuneração” incluindo as atribuições realizadas pelo Comitê de Remuneração e as informações de remuneração quantitativa para os diretores do Consolidado.

• Comitê de Gestão de Capital (CMC)

O Comitê de Gestão de Capital do Conglomerado (“Comitê de Gestão de Capital”) teve sua criação determinada e autorizado pelo Comitê de Gestão, em abril de 2014. O Comitê é um fórum de discussão e de tomada de decisões para todos os assuntos relativos à capital, incluindo a definição e aprovação de alterações propostas à Política de Gestão de Capital e à supervisão do processo de planejamento de capital do Conglomerado. Dentre seus deveres e atribuições, destacam-se:

- monitoramento do cumprimento dos limites mínimos de capital determinados pelo CMN e pelo Bacen;
- estabelecimento dos índices de capital, limites internos e dos níveis de alerta;
- conformidade com os requisitos de controle interno, processamento dos mesmos e outros requerimentos regulatórios do Brasil;
- revisão do plano de capital para um horizonte de 3 anos;
- revisão das premissas básicas e metodologias utilizadas no cálculo dos índices de capital;
- assessoria ao Comitê de Gestão no que diz respeito às medidas a serem adotadas quando os níveis de alerta forem atingidos.

(a) Estrutura de capital

O Acordo de Basileia, denominado Basileia III, que trata do estabelecimento de critérios mais adequados ao nível de riscos associados às operações conduzidas pelas instituições financeiras para fins de requerimento de capital regulamentar, está estruturado em 3 pilares:

Pilar 1 – Capital Mínimo Requerido: o novo conceito mantém o requerimento mínimo de 8,00% para os ativos ponderados pelo risco.

Pilar 2 – Revisão no Processo de Supervisão: o Supervisor Bancário é o responsável por avaliar como os bancos estão estimando a adequação de suas necessidades de capital em relação aos riscos assumidos.

Pilar 3 – Disciplina de Mercado (Disclosure): estimula maior disciplina do mercado através do aumento da transparência dos bancos, para que os agentes de mercado sejam bem informados e possam entender melhor o perfil de risco do Conglomerado.

O índice de adequação de capital no Brasil é atualmente de 8%, e tem por objetivo garantir que o Patrimônio de Referência seja suficiente para cobrir os riscos decorrentes de operação com ativos e passivos, bem como daqueles registrados em contas de compensação, assegurando à cobertura das exposições aos diversos riscos.

Nos termos da Resolução do CMN nº 4.955/21, o Patrimônio de Referência é composto basicamente pelo somatório do capital de nível I, que compreende o capital e as reservas reconhecidas, e do capital de nível II, que contempla as reservas de reavaliação, instrumentos híbridos e dívidas subordinadas.

O cálculo do capital regulatório do Conglomerado Prudencial Consolidado para a cobertura de risco baseia-se na Resolução do CMN nº 4.958/21, que dispõe sobre os critérios de apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência (PR). Para fins do cálculo dos requerimentos mínimos, deve ser apurado o montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para o risco de crédito, risco de mercado – composto pelos riscos das exposições em moeda estrangeira e em operações sujeitas à variação cambial, das operações sujeitas à variação das taxas de juros, das operações sujeitas à variação do preço de commodities, das operações sujeitas à variação do preço de ações, das operações classificadas na carteira de negociação sujeitas ao risco de crédito, das operações sujeitas ao risco de variação do valor dos instrumentos financeiros derivativos em decorrência da variação da qualidade creditícia da contraparte – e risco operacional. O cumprimento dos limites acerca do capital regulatório é estritamente observado e seguido pela administração e monitorado diariamente pelas áreas de Controladoria e Riscos. O Índice de Basileia em 31 de dezembro de 2024 é de 27,08% (2023 – 19,35%).

	2024	2023
Capital qualificado para o nível 1	4.046.068	2.769.795
Patrimônio de referência – PR	4.046.068	2.769.795
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	14.939.745	14.311.729
RWA risco de crédito	4.150.700	3.806.021
RWA risco de mercado	7.796.382	7.960.774
RWA risco operacional	2.992.663	2.544.934
Índice de Basileia	27,1%	19,4%

O Conglomerado Prudencial não possui instrumentos híbridos de capital e dívida, instrumentos de dívida subordinada ou demais instrumentos financeiros autorizados pelo BACEN a integrar os Níveis I e II do PR, bem como participação em instituição financeira no exterior ou excesso de recursos aplicados no Ativo Permanente onde seja necessária qualquer dedução conforme a Resolução CMN nº 4.955/2021.

Limite de exposição por cliente: nos termos da legislação em vigor, o limite máximo de exposição total às contrapartes é de 25% (vinte e cinco por cento) do Capital Regulatório Nível 1 do Conglomerado Prudencial. O limite abrange todas as exposições de crédito sujeitas a requerimento de capital que tenham como contraparte pessoa natural ou jurídica.

Limite de Exposição Cambial: De acordo com o artigo 2 da Resolução CMN nº 4.956/21, o limite máximo de exposição cambial foi estabelecido em trinta por cento (30%) do Patrimônio Líquido do Conglomerado Prudencial. O limite também abrange exposições cambiais de subsidiárias e dependências localizadas no exterior. O cumprimento de tal limite é diariamente observado e seguido pelo Conglomerado.

(b) Plano de Contingência de Capital (CCP)

O Plano de Contingência de Capital (CCP) do Conglomerado é um manual consolidado que define o gerenciamento de capital, bem como seu plano de ação para manter a adequação do capital durante um período de estresse de mercado.

O CCP fornece uma estrutura para analisar e responder a uma deficiência efetiva ou observada, incluindo, entre outros, a identificação de fatores que desencadeiam uma deficiência de capital, bem como de fatores de redução e possíveis ações. O CCP delinea procedimentos de comunicação apropriados a serem seguidos durante um período de crise, incluindo divulgação interna de informações, bem como garantia de comunicação pontual com interessados externos.

O Conglomerado estabeleceu indicadores de alerta prévio relacionados ao capital no Plano de Contingência de Capital, que são monitorados diariamente, quais sejam:

Índice de Capital de Basileia (“Capital Ratio”): os indicadores estabelecidos servem como alertas prévios de que os índices de capital do Conglomerado estão se aproximando dos índices mínimos; e

Limite de Exposição por Cliente (“Single Name Limit”): assegura que o Conglomerado não tenha exposições superiores a 25% de seu capital de Nível I vinculado a um único cliente ou grupo econômico.

Limite de Exposição Cambial: assegura que o Conglomerado não ultrapasse o limite máximo de exposição cambial estabelecido em trinta por cento (30%) do Patrimônio Líquido do Conglomerado Prudencial.

Dessa forma, a estratégia do Conglomerado é implementar ações para reduzir riscos com antecedência suficiente em um período de retração (seja idiossincrática ou sistêmica) para evitar atingir os próximos níveis de alerta de riscos.

6) Gerenciamento de risco – Visão geral

O Conglomerado acredita que gerir o risco de maneira eficiente é essencial para o sucesso do seu negócio. Desta forma, conta com abrangentes processos de gestão de risco, através do qual monitora, avalia e administra os riscos assumidos na realização de suas atividades. Tais processos incluem a gestão da exposição ao risco de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, jurídico, regulatório e de reputação, incluindo também questões sociais, ambientais e climáticas. A estrutura de gestão de risco foi desenvolvida com base em três componentes essenciais: governança, processos e pessoas.

- **Governança:** A estrutura de governança do Conglomerado detêm o conhecimento e a responsabilidade necessários para a tomada de decisão em questões de gestão de risco, bem como para garantir a implantação de tais decisões. A governança tem início com a Diretoria do Conglomerado, que tem um papel significativo na revisão e aprovação das políticas e práticas de gestão de risco, seja diretamente ou através de seus comitês.
- **Processos:** São mantidos pelo Conglomerado diversos processos, procedimentos e controles efetivos que são componentes essenciais à gestão de risco. O Conglomerado aplica uma estrutura rigorosa de controles de limites para controlar riscos em diversas transações, produtos, negócios e mercados. Isso inclui o estabelecimento de limites de risco de crédito e de mercado em diversos níveis, bem como o monitoramento diário destes limites.
- **Pessoas:** A gestão de risco eficiente requer que as equipes que se envolvam na apuração e avaliações destas questões possam interpretá-las adequadamente e possam realizar ajustes contínuos ao portfólio do Conglomerado.

O Comitê de Riscos do Conglomerado (GSBRC) tem a missão de monitorar e controlar os riscos em todas as áreas de negócios que o Conglomerado atua no Brasil. As metodologias de gestão e controles de risco do Comitê são consistentes com as metodologias do Comitê de Risco do Grupo.

As obrigações e responsabilidades do Comitê incluem o monitoramento dos riscos de mercado, crédito, liquidez, operacional e social, ambiental e climático. Ao cumprir essas obrigações e responsabilidades, o Comitê deve considerar, entre outras coisas, o possível efeito de quaisquer oportunidades de negócios, transações, produtos, aquisições, investimentos, atividades ou outros assuntos (“assuntos”) sobre a reputação do Conglomerado.

(a) Risco de crédito

O risco de crédito é a probabilidade de ocorrerem perdas associadas ao descumprimento das obrigações pactuadas em contrato entre as partes envolvidas.

A definição de Risco de Crédito compreende, entre outros:

- Risco da contraparte: possibilidade de não cumprimento das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros;
- Risco país: possibilidade de perdas ocorridas em decorrência de eventos em um determinado país ou que afetem um país em particular, podendo incluir, mas não limitando-se a, (i) desenvolvimentos econômicos, políticos e sociais; (ii) desempenho da moeda ou mercado financeiro; (iii) mudanças nas políticas governamentais que podem afetar o ambiente regulatório; (iv) controles ou trocas políticas que restringem a capacidade de remessa de fundos offshore; (v) ou atos de violência ou guerra.
- Possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante;
- Possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por parte intermediadora ou conveniente de operações de crédito.

A exposição ao risco de crédito do Conglomerado está em sua maior parte relacionada às operações de clientes no mercado de balcão. O risco de crédito também é decorrente de recursos financeiros aplicados em outros bancos, operações de financiamento de títulos (tais como operações compromissadas) e recebíveis de corretoras, operadores, câmaras de compensação, clientes e terceiros.

A gestão de risco de crédito é um processo multifacetado que incorpora uma série de funções que requerem julgamento e conhecimento sobre os clientes, países, setores e produtos. Essas funções e processos incluem:

- I. Avaliação de risco: uma avaliação da chance ou probabilidade de inadimplência por parte do cliente e da contraparte, possibilidade de recuperação, e o impacto dessa inadimplência sobre o Conglomerado;
- II. Mensuração do risco: cálculo da exposição de crédito atual e potencial durante a duração de uma transação ou carteira de transações e o cálculo do prejuízo resultante da inadimplência por parte do cliente ou da contraparte;
- III. Aprovação transacional e definição de limite para a exposição de crédito: processo pelo qual julgamentos de crédito são feitos, limites estabelecidos e comunicados;
- IV. Monitoramento da conformidade com o limite de exposição de crédito: a avaliação constante da exposição de crédito relativa aos limites estabelecidos;
- V. Reporte da exposição do risco de crédito e a conformidade com os limites de risco de crédito: elaboração de relatórios contendo as informações das exposições de crédito no nível das contrapartes e das carteiras para os gerentes seniores e outras partes relacionadas;
- VI. Gerenciamento de exposições e mitigadores de perdas: gerenciamento de transações e carteiras existentes para minimizar ou eliminar os riscos de crédito das contrapartes. Assim, a gestão de risco de crédito é responsável por avaliar, monitorar e administrar o risco de crédito no Conglomerado com o intuito de antecipar potenciais deteriorações na capacidade da contraparte em honrar suas obrigações.

Identificar e avaliar o risco de crédito é uma função criticamente importante do processo de gestão de risco de crédito. O objetivo é avaliar com precisão várias medidas de risco de crédito, incluindo: exposições correntes e potenciais, o valor de mercado do risco de crédito e sua variabilidade. A identificação e avaliação bem-sucedida dos riscos de crédito permite que o Conglomerado precifique, limite e transfira esses riscos adequadamente.

A área de Gestão de Risco de Crédito é independente das unidades geradoras de negócios, reportando-se ao diretor de risco do Conglomerado.

O Grupo GS possui comitês com a responsabilidade de criar e revisar políticas e parâmetros de crédito aplicáveis a todo o Grupo. O Comitê de Risco Goldman Sachs Brasil (GSBRC) revisa as políticas globais e as adequa às especificidades do Conglomerado, garantindo assim a conformidade com as exigências regulatórias locais.

As políticas aprovadas por esses comitês estabelecem o nível de aprovação formal necessária para que a Firma assuma uma determinada exposição de risco em relação a um terceiro, no que diz respeito a todos os produtos, levando em consideração quaisquer disposições de compensação, garantias e demais mitigadores de risco de crédito vigentes.

• **Análise do risco de crédito**

Não existe uma metodologia única para avaliar o risco de crédito que possa ser aplicada a todos os produtos e situações. O Departamento de Crédito desenvolveu várias abordagens de avaliação que são adotadas de acordo com o produto específico ou área de negócio, dentre outros fatores. Em todos os casos, o departamento busca ser atual e abrangente na sua avaliação de risco de crédito. As metodologias usadas para avaliar o risco de crédito são frequentemente revisadas e atualizadas com o objetivo de manter sistemas e procedimentos que sejam consistentes com as melhores práticas do setor.

O Departamento de Crédito analisa as contrapartes de acordo com uma estrutura de comitês de classificação de risco que se reúnem pelo menos mensalmente. O principal objetivo dos comitês de classificação de risco é assegurar que: a classificação interna de crédito esteja estabelecida em níveis adequados e que as análises de crédito sejam consistentes, precisas, completas e de alta qualidade. As reuniões do comitê de classificação de risco também oferecem um fórum para a discussão de tendências de crédito em um determinado setor ou segmento e são estruturados regional ou globalmente (incluindo todas as regiões).

• **Metodologias de avaliação do risco de crédito**

Exposição Potencial (PE)

Exposição potencial futura, ou simplesmente exposição potencial (PE), é uma das principais métricas usadas para definir e limitar o risco de crédito. Em geral, é definido como uma estimativa do custo de reposição futura de uma transação ou carteira de transações com uma contraparte.

• **Exposição Corrente (CE)**

Exposição corrente é geralmente definida como o valor médio de mercado positivo ou a marcação a mercado atual (MTM) de uma transação ou carteira de transações com uma contraparte após a avaliação de todas as transações com a mesma contraparte.

• **Teste de Stress**

O Departamento de Crédito usa várias ferramentas de teste de stress para avaliar a sensibilidade do risco de crédito de uma contraparte, área de negócios ou setor a mudanças nos níveis de mercado. O leque das aplicações atuais inclui testes de stress regulares e pré-definidos que rodam automaticamente para todos os principais produtos de derivativos OTC. É importante observar que cada cenário de teste de stress não avalia a probabilidade estatística de um evento vir a ocorrer, mas busca avaliar a sensibilidade da carteira selecionada a um evento.

Os testes de Stress são realizados com regularidade para calcular exposições de crédito, incluindo possíveis impactos resultantes de mudanças em fatores de risco de crédito, tais como: taxas de câmbio, taxas de juros, preços de ações. Tais impactos incluem uma ampla gama de movimentos de mercado mais moderados e mais extremos.

• **Wrong Way Risk**

O Wrong way risk ocorre quando uma exposição a uma contraparte é inversamente correlacionada com a qualidade de crédito da mesma contraparte. O Departamento de Crédito distingue entre wrong way risks específicos, onde a exposição está contratualmente ligada de forma adversa à contraparte em si (ou seja, transações de auto referência); e wrong way risks gerais, que de maneira mais geral abrangem outras fontes possíveis de correlação positiva entre a exposição e a probabilidade de inadimplência de uma contraparte.

Exposição máxima ao risco de crédito

O Consolidado mede o seu risco de crédito com base nas possíveis perdas em caso de não pagamento por parte de um cliente ou deterioração das suas condições financeiras, dispondo-se de limites de crédito em diversos níveis (partes envolvidas, grupo econômico, setor, país) para controlar a dimensão de suas exposições de crédito.

Para itens reconhecidos nas demonstrações financeiras (on balance), os valores contábeis são as próprias exposições máximas e estão listados abaixo:

	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	1.725.533	2.664.544
Ativos financeiros ao custo amortizado	2.388.218	300.535
Aplicações em depósitos interfinanceiros	814.477	261.872
Títulos e valores mobiliários	21.663.348	9.533.636
Instrumentos financeiros derivativos	9.827.943	5.113.641
Operações de crédito	-	6
Outros ativos – Valores a receber de sociedades ligadas	227.017	216.897
Total da exposição ao risco de crédito	36.646.536	18.091.131

- Acompanhamento de inadimplência de crédito

O Departamento de Risco de Crédito acompanha as inadimplências de crédito para os negócios e atividades que estejam dentro de sua esfera de competências. Os responsáveis regionais do time de Workout & Restructuring (W&R) lideram os trabalhos de acompanhamento e mantém uma base de dados centralizada de todas as inadimplências de crédito.

Casos de inadimplência são analisados pela governança de risco e são reportados regulamente para a alta administração dentro do Departamento de Risco de Crédito.

- Classificação por nível de risco

A qualidade de crédito da carteira de ativos financeiros é avaliada com base nos parâmetros do sistema interno de classificação adotado pelo Conglomerado. Tais parâmetros levam em consideração, entre outras características, a classificação do risco de crédito soberano apurado segundo os critérios globais do Grupo. Nesse contexto, o risco de crédito mínimo, geralmente, utilizado para classificar as contrapartes localizadas no país é o risco de crédito soberano.

Assim, os ativos financeiros são classificados por nível de risco de crédito baixo, médio ou alto, sendo:

Nível de risco	Definições
Baixo risco	Baixa probabilidade da contraparte não honrar com suas obrigações
Médio risco	Média probabilidade da contraparte não honrar com suas obrigações
Alto risco	Alta probabilidade da contraparte não honrar com suas obrigações

Com base nesses parâmetros de nível de risco definidos como baixo, médio e alto, o Consolidado apresenta a seguinte posição

Risco baixo	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	6.718	6.887
Títulos e valores mobiliários	20.624	5.961
NDF	270.357	51.811
Opções	-	3.556
SWAP	161.878	472.439
Termo de Títulos	2.069.686	-
Outros ativos – Valores a receber de sociedades ligadas	225.043	215.782
Subtotal	2.754.306	756.340

Risco médio	2024	2023
Caixa e equivalente de caixa	1.718.815	2.657.657
Certificado de depósito interfinanceiro	766.992	261.872
Título e valores mobiliários	21.479.044	8.390.911
Empréstimos	1.548.764	-
NDF	1.077.024	972.709
Opção	1.202.677	2.576.025
Swap	7.336.723	6.796.019
Operações de crédito	-	6
Outros ativos – Valores a receber de sociedades ligadas	1.974	1
Subtotal	35.132.013	26.180.787

Risco alto		
Certificado de depósito interfinanceiro	47.485	-
Empréstimos	847.040	292.507
Títulos e valores mobiliários	79.202	235.664
Swap	3.246	125.319
NDF	249.792	101.490
Opção	-	24.629
Subtotal	1.226.765	779.609

Risco de liquidação		
Títulos e valores mobiliários	84.479	991
Subtotal	84.479	991
Total (*)	39.197.563	23.193.248

(*) OS VALORES ESTÃO APRESENTADOS ANTES DO EFEITO DECORRENTE DA COMPENSAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS.

O Conglomerado administra, determina os limites e controla as concentrações de risco de crédito para clientes individuais ou grupos e segmentos da indústria.

Os principais instrumentos mitigadores de risco de crédito utilizados são:

- **Garantias**

A forma mais tradicional de mitigação de risco de crédito é a obtenção de garantias. As principais garantias detidas pelo Conglomerado são os Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e os depósitos interfinanceiros.

- **Limites em instrumentos financeiros derivativos**

Globalmente, o Comitê de Risco do Conselho de Administração (Risk Committee of the Board of Directors), e quando necessário o próprio conselho, aprova o Risk Appetite Statement (“RAS”) que descreve as considerações qualitativas e quantitativas acerca de limites, cujos apêndices incluem um conjunto de limites de risco para o Grupo e para suas divisões. Além disso, o Comitê de Risco do Conselho de Administração revisa e aprova estes limites e tolerâncias no mínimo anualmente.

Assim, o Comitê de Governança de Risco (“RGC – Risk Governance Committee”), sob a autoridade delegada pelo Comitê de Risco, determina os limites que governam os riscos financeiros da Firma. Os riscos financeiros entendem-se, coletivamente, riscos de crédito, mercado, modelo, liquidez, operacional e seguro. Estes limites são estabelecidos em diversos níveis: globalmente, por divisão, por produto e/ou por unidade de negócio, e são consistentes com os limites aprovados pelo Conselho de Administração.

No Conglomerado, o Comitê de Gestão e o Comitê de Riscos aprovam a Declaração de Appetite a Riscos da Goldman Sachs Brasil, que estabelece os limites aplicáveis especificamente ao Conglomerado.

Os limites de risco são monitorados independentemente pela Divisão de Risco que é responsável pela identificação, escalação e registro das instâncias nas quais limites foram extrapolados. Este departamento também restringe as suas exposições às perdas creditícias decorrentes de posições abertas em derivativos em relação a prazo e montantes envolvidos.

O montante sujeito a risco de crédito é limitado pelos fluxos de caixa líquidos (netted) futuros estimados do instrumento. A exposição a risco de crédito é administrada como parte da política de limites de empréstimos a clientes, adicionando-se exposições potenciais decorrentes de movimentos de mercado. As garantias nem sempre estão presentes nestes tipos de instrumentos, a não ser quando existem depósitos de margem ou operações garantidas por bolsa.

Já o risco de liquidação surge em situações onde o pagamento em caixa ou outro ativo financeiro é feito com base na estimativa do recebimento correspondente do ativo em questão. São estabelecidos limites diários para cada contraparte para cobrir a posição agregada do risco de liquidação.

(b) Risco de mercado

O Conglomerado está exposto ao risco de mercado que corresponde ao risco de perdas no valor justo ou nos fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros flutuem devido a mudanças de mercado.

A carteira do Conglomerado é mantida com o principal intuito de formar mercado para clientes e para atividades de investimento e crédito. Deste modo, mudanças na carteira baseiam-se nas solicitações de clientes e em oportunidades de investimento. A contabilização das carteiras é realizada a valor de justo e, portanto, com flutuação diária.

As categorias de risco de mercado incluem:

- **Risco de taxa de juros:** resultante, principalmente, das exposições às mudanças no nível, declive (slope) e inclinação das curvas de juros, nas volatilidades das taxas de juros, velocidade de pré-pagamento de financiamentos imobiliários (mortgages) e aos spreads de crédito;
- **Risco de preço das ações:** decorrente das exposições às mudanças nos preços e volatilidades de cada ação, cestas de ações e índices de ações;
- **Risco de taxa de câmbio:** resultante das exposições às mudanças nos preços à vista, preços futuros (forward) e volatilidades das taxas de câmbio;
- **Risco de preço de commodities:** decorrente das exposições às mudanças nos preços à vista, preços futuros e volatilidades das mercadorias “commodities”.

Os riscos são monitorados e controlados por meio de uma supervisão rigorosa e também através das funções independentes de controle e de suporte, que se estendem a todos os negócios globais do Conglomerado.

Os relatórios de risco incluem detalhes sobre os riscos principais, os drivers e as mudanças para cada negócio, sendo distribuídos para a alta administração das áreas de negócios e para as áreas de suporte independentes.

O Departamento de Risco de Mercado, de acordo com suas políticas, avalia e reporta riscos de mercado à alta Administração no Brasil e para o GSBRC, monitora os níveis de risco em relação aos limites estabelecidos e avalia a integridade dos dados.

O Departamento de Risco de Mercado, que é independente em relação às unidades que geram receitas, está diretamente subordinada ao Diretor Global de Riscos (CRO global) e tem a responsabilidade principal de avaliar, monitorar e gerir riscos de mercado.

As políticas são revisadas e aprovadas no mínimo anualmente ou quando da existência de modificações materiais, sendo submetidas para a aprovação do GSBRC, cujos representantes incluem diretores do Conglomerado.

São empregadas diversas métricas de risco para calcular a dimensão das perdas em potencial, tanto para movimentos de mercado suaves como para os mais extremos, dentro de horizontes de curto e longo prazo. As métricas de risco usadas para horizontes de curto prazo incluem VaR (“Value at Risk”) e métricas de sensibilidade (análise de cenários e teste de estresse). Para horizontes de longo prazo, as principais métricas de risco são os testes de estresse (“stress-test”).

Value at Risk: O VaR é a perda potencial em valor das posições em uma carteira devido a mudanças adversas de variáveis de mercado, em um determinado período de tempo, com um grau de confiança, sendo normalmente empregado um horizonte de um dia com 95% de confiança. O modelo captura riscos e a diversificação do risco agregado do Conglomerado, o qual avalia a exatidão do modelo através de backtesting diário.

Fator de risco	2024	2023
Taxa de juros	7,93	3,68
Moedas	2,41	5,37
Ações	2,35	2,42
Total	11,45	8,13
Efeito da diversificação	(1,24)	(3,34)

- **Análise de cenários e teste de estresse:** Análise de cenários e testes de estresse mostram os possíveis efeitos nos resultados do Conglomerado de vários eventos de mercado, incluindo, mas não limitado a: um grande aumento em spreads de crédito, uma queda substancial no mercado de ações e movimentos significativos em mercados emergentes.
- O Conglomerado utiliza limites de risco em diversos níveis para gerenciar o seu “apetite” de risco através do controle de suas exposições ao risco de mercado. Tais limites são revistos frequentemente e alterados permanente ou temporariamente para refletir as mudanças nas condições de mercado, de negócios ou de tolerância ao risco.
- Os limites também são monitorados diariamente pelo Departamento de Risco de Mercado que monitora os níveis de risco relativos aos limites implementados. O Departamento também monitora violações de limite, assim como reporta periodicamente vários resumos com informações sobre limites.

(c) Risco operacional

O Conglomerado define risco operacional como o risco de perda e efeitos inesperados resultantes de processos internos falhos ou inadequados, pessoas, sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Risco operacional pode ocorrer em qualquer parte do Conglomerado, não apenas limitando-se às áreas de operações, e seus efeitos, podem estender-se além das perdas financeiras.

As potenciais hipóteses de eventos de perda, relacionadas ao risco operacional interno e externo, incluem:

- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Execução, entrega e gestão de processos;
- Descontinuidade de negócios e falhas de sistema;
- Gerenciamento de recursos humanos e segurança no trabalho;
- Danos em ativos físicos;
- Fraude interna; e
- Fraude externa;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços; danos a ativos físicos próprios ou em uso pelo Conglomerado;
- Aqueles que acarretem a interrupção das atividades do Conglomerado.

O Conglomerado possui política de gerenciamento de risco operacional, que é aprovada anualmente pelo GSBRC e pela diretoria do Conglomerado.

A gestão de riscos operacionais é incorporada em todos os elementos do Conglomerado e é amparada por meio da promoção de uma forte cultura de controle e de uma estrutura organizacional que reflete essa filosofia. O Conglomerado associa abordagens “top-down” e “bottom-up” para gerir e mensurar o risco operacional. De um ponto de vista “top-down”, a alta Administração tem a responsabilidade de avaliar os perfis de risco operacional no nível do Conglomerado e dos negócios. De um ponto de vista “bottom-up”, as áreas de negócio e de apoio/controlado têm a responsabilidade básica de gerir riscos diariamente; elas identificam, minimizam e relatam os riscos operacionais à alta administração. As tendências na atividade de gestão de riscos operacionais “bottom-up” são monitoradas pelo Departamento de Risco Operacional e discutidas com a Administração como parte do processo “top-down”.

A gestão também é realizada por meio da aplicação de padrões globais que contemplam entre outras atividades, treinamento, supervisão e desenvolvimento da equipe; participação ativa e compromisso da Administração sênior com o processo constante de identificação e combate aos principais riscos operacionais em todo o Conglomerado; e uma estrutura de departamentos de controle fortes e independentes que monitoram o risco operacional diariamente.

Em conjunto, esses elementos formam uma cultura de controle forte e abrangente que serve como alicerce para minimizar eventos que criam risco operacional e eventualmente danos. O Departamento de Risco Operacional tem o objetivo de fortalecer a infraestrutura de gestão de risco do Conglomerado e é uma atividade de gestão de risco independente das unidades geradoras de receita. Sua responsabilidade é o desenvolvimento e implementação de políticas, metodologias e uma estrutura formalizada para a gestão de risco operacional, com o objetivo de minimizar a exposição a esse risco.

A apresentação de relatórios é o mecanismo por meio do qual os dados sobre risco operacional são apresentados à Administração. As linhas de negócio utilizam a apresentação de informações para administrar suas atividades comerciais diárias, resumir o desempenho, as exposições, perdas e outras questões de risco operacional e para submeter dados e contribuir com informações para o Departamento de Risco Operacional.

Os dados de risco operacional em questão são coletados das linhas de negócios e dos grupos de controle e são analisados pelos departamentos em questão com relação à sua exatidão, suficiência e integridade e distribuídos periodicamente ao GSBRC.

(d) Risco de liquidez

Entende-se por risco de liquidez possíveis descasamentos entre pagamentos e recebimentos que possam afetar a capacidade de cumprimento de uma ou mais obrigações. Também decorre pela incapacidade de captar recursos suficientes para honrar seus compromissos de curto, médio e longo prazo em volume suficiente para uma posição, afetando o preço do valor dos mesmos.

A liquidez é um aspecto crítico dentro das instituições financeiras, considerando que a maioria das falhas ocorridas nas instituições financeiras está relacionada à liquidez insuficiente. Consequentemente, o Conglomerado possui um conjunto abrangente e conservador

de políticas de liquidez e de financiamento para atender a eventos de liquidez de mercado. O principal objetivo é ser capaz de financiar o Conglomerado, a fim de permitir que os principais negócios continuem gerando receitas, mesmo em circunstâncias adversas.

Além disso, o objetivo do Conglomerado é assegurar que o financiamento e gerenciamento de liquidez estejam alinhados com uma exposição aceitável ao risco de liquidez. Nesse sentido, o Conglomerado busca utilizar as fontes de financiamento mais eficientes em termos de custo para permitir que o Conglomerado aproveite as oportunidades de negócios.

As informações de maior relevância e os resultados gerados pelos modelos internos de liquidez, incluindo o teste de estresse, são disseminados para a alta gerência no Brasil e no exterior. São disponibilizados para a Diretoria informes com as posições e projeções de fluxos de caixa. Em caso de descumprimento dos limites estabelecidos, a Diretoria é informada de imediato e deverá se reportar ao GSBRC e utilizar de mecanismos para readequação aos limites

(d.1) Estrutura de Gestão do Risco de Liquidez

- O Conglomerado estabeleceu uma estrutura abrangente para a gestão do risco de liquidez, a fim de assegurar a existência de liquidez suficiente, mesmo em períodos de estresse. Esta estrutura inclui:
 - – Políticas de financiamento e de gestão de liquidez;
 - – Medidas de controle, limites e monitoramento de liquidez;
 - – Infraestrutura do pessoal para financiamento e gestão de liquidez;
 - – Plano Contingente de Financiamento
- As estratégias, políticas e limites são estabelecidos com base na política de gestão de risco de liquidez global do Grupo, adaptado para refletir as necessidades específicas do Brasil. Estes três itens são propostos e implementados pela equipe da Tesouraria Corporativa responsável pelo gerenciamento de risco de liquidez no Brasil, e aprovados pela governança de risco local, conforme estabelecido nas políticas de gerenciamento de risco de liquidez e no plano de contingência de liquidez do Conglomerado

• Comitê de Risco do Goldman Sachs do Brasil (GSBRC)

O Comitê recebe atualizações sobre a gestão de liquidez e assuntos de financiamento e supervisiona regularmente essas atividades, verifica a confiabilidade da política existente e também aprova quaisquer alterações e revisões da política e seus limites relacionados.

(d.2) Políticas de financiamento e gestão de liquidez

AAs políticas estabelecem diretrizes para a gestão de liquidez e financiamento e mitigação de riscos durante o curso normal dos negócios, bem como em períodos de escassez de liquidez devido a circunstâncias imprevistas

• Necessidades de financiamento

O mix de negócios inclui operações de consultoria de investimento, renda fixa, commodities, câmbio, futuros e operações com derivativos. As atividades relacionadas a consultoria de investimento não geram necessidades diárias de financiamento.

As operações de câmbio eventualmente resultam em necessidades de financiamento intradiário ou de curto prazo. Assim, as necessidades gerais do Conglomerado são principalmente atribuíveis a negócios em renda fixa, futuros e negócios em moeda estrangeira. As necessidades de financiamento são principalmente impulsionadas pela negociação diária, margem de variação e movimentos de garantias decorrentes de operações Bolsa ou Balcão.

As transações estruturadas são aquelas que geram necessidades significativas de financiamento intradiário ou overnight (ou mais longas) que geralmente não acontecem diariamente. Exemplos dessas transações são: IPOs, compra de ativos ilíquidos ou grandes operações de câmbio com clientes.

A análise e as decisões sobre a capacidade do Conglomerado para fornecer financiamento para tais necessidades especiais decorrentes de grandes negócios são feitas coletivamente pela Tesouraria Corporativa (Corporate Treasury) e pelo GSBRC.

• **Liquidez no Brasil**

O Conglomerado mantém sempre uma reserva de liquidez no Brasil para cobrir as necessidades de financiamento em um cenário de estresse e também para mitigar o risco de liquidez intradiário. O tamanho desta margem de liquidez deve ser igual ou maior que o “Modelled Liquidity Outflow (MLO)” acrescido da reserva de risco de liquidez intradiária para um determinado dia.

A margem de liquidez é investida em títulos públicos e operações com opção de recompra, uma vez que estes são os ativos mais líquidos no mercado brasileiro.

• **Reserva de liquidez**

O Conglomerado mantém uma reserva mínima de liquidez para atender potenciais perdas de caixa, em um cenário de estresse, incluindo as obrigações contratuais. O tamanho dessa reserva é baseado em um modelo interno de liquidez juntamente com uma avaliação qualitativa das condições de mercado e do Conglomerado.

• **Gerenciamento de ativos e passivos**

A estratégia de captação do Conglomerado conta com uma avaliação das características de todos os ativos em relação ao seu período de retenção estimado e sua potencial perda de liquidez no mercado em uma situação de estresse. Além disso, os vencimentos e diversificação das captações com e sem garantia são gerenciados sob uma perspectiva de mercado, de produtos e de contrapartes.

(d.3) Fontes de Financiamento

Empréstimos não comissionados

O Conglomerado pode tomar empréstimos sem compromisso de sua controladora, o Grupo GS, atendendo às suas necessidades de liquidez em moeda estrangeira.

O Conglomerado também tem a capacidade de emitir CDIs e CDBs - certificados de depósito - para clientes institucionais e corporativos, assim como notas estruturadas.

• **Compromissadas**

O Conglomerado tem acesso ao mercado interbancário de compromissadas. O mercado de compromissadas lastreadas em títulos públicos é a opção mais segura, líquida e econômica no mercado local de financiamento com garantia. Portanto, este tende a ser o instrumento de captação de recursos mais amplamente utilizado no Brasil por bancos, incluindo o Conglomerado.

O sistema de leilões compromissados do Banco Central do Brasil também é uma opção para as instituições financeiras e é eficiente em termos de custos e liquidez.

• **Financiamento intradiário**

Todos os bancos autorizados a operar no Brasil no âmbito do Sistema de Pagamentos Brasileiros (“SPB”) têm acesso ao redesconto junto ao Banco Central do Brasil, o que permite que essas instituições tenham acesso a contratos de recompra com títulos públicos de sua carteira, ou seja, necessidades de liquidez intradiária sem custo.

(d.4) Diversificação de financiamento

• **Diversificação de fontes de financiamento**

O Conglomerado busca diversificar suas fontes de financiamento por meio de financiamentos / empréstimos garantidos. O Conglomerado busca diversificar suas fontes de financiamento por meio de financiamentos / empréstimos garantidos (compromissadas) e instrumentos de financiamento não garantidos e empréstimos entre empresas de sua controladora como fonte de financiamento de curto e longo prazo, dependendo de suas necessidades.

O Conglomerado também estabelece linhas de crédito com bancos terceiros para mitigar o risco de liquidez e garantir a estabilidade de seu financiamento. Além disso, a captação intradia é obtida na janela de redesconto intradia com o Banco Central do Brasil, linhas bancárias intradia ou cheque especial. Se houver falta de liquidez, o Conglomerado usará seu colchão composto de sua base de capital excedente, empréstimos a prazo no Brasil ou no exterior, e empréstimos entre empresas do grupo.

• **Diversificação da base de credores**

O Conglomerado pode acessar o Grupo GS e outras instituições financeiras no Brasil como fontes de financiamento de curto e longo prazo. Além disso, o Conglomerado também busca evitar a dependência de qualquer instituição financeira em particular, por meio da diversificação e monitoramento de credores sediados no Brasil.

A base de credores do Conglomerado no Brasil pode consistir principalmente de bancos comerciais locais e internacionais que operam no Brasil, e também pode incluir clientes institucionais e corporativos. Dada a importância de relacionamentos sólidos com credores para que tenha acesso à liquidez, o Conglomerado mantém contato direto com seus principais credores regularmente. Para limitar sua dependência de um único credor, o Conglomerado alterna o uso de recursos entre os diferentes bancos que oferecem linhas de crédito.

- Diretrizes de Emissão de CDB

O Conglomerado poderá emitir CDBs e CDIs, que são certificados de depósito que estão custodiados e liquidados na CETIP (Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos). Os CDBs e CDIs podem ser emitidos para fins de garantia de fundos e derivativos.

(d.5) Liquidez dos ativos

O Conglomerado trabalha constantemente para manter uma base de ativos líquidos de acordo com as estratégias de negócios. A maioria das posições de estoque são marcadas no mercado diariamente. O Conglomerado procura assegurar a disponibilidade de liquidez imediata e, portanto, mantém liquidez no Brasil sob a forma de títulos públicos e acordos de recompra, que podem ser utilizados como fontes de financiamento em situações de emergência.

A tabela abaixo demonstra o total da exposição ao risco de liquidez:

	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	1.725.533	2.644.544
Ativos financeiros ao custo amortizado	2.388.218	300.535
Títulos e valores mobiliários	21.663.348	9.533.636
Operações de crédito	-	6
Outros ativos – Valores a receber de sociedades ligadas	227.017	216.897
Total da exposição ao risco de liquidez	26.004.116	12.695.618

(d.6) Metodologia

A equipe de Tesouraria Corporativa do Grupo GS mantém um teste de estresse específico, o GSBR MLOi, para calcular as saídas de liquidez de curto prazo (horizonte de 30 dias) do Conglomerado em um cenário de mercado estressado.

GSBR MLOi identifica e estima as saídas de caixa e garantias em uma crise de liquidez, incluindo:

- d. Vencimentos futuros, rolagem e risco de recompra de fundos não garantidos;
- e. Derivativos e outras margens e saídas de garantias devido a movimentos de mercado ou aumento de requisitos;
- f. Liquidação de transações de câmbio;
- g. Futuras saídas de caixa e outros pagamentos de grande porte e linhas de crédito comprometidas não utilizadas.

(d.7) Risco de liquidez intradiária

O tamanho da necessidade de liquidez intradiária para o Conglomerado é projetado por um modelo utilizado globalmente para essa tarefa, com a inclusão de suposições específicas para o mercado brasileiro e as peculiaridades da GSBRC.

Além disso, a equipe de Operações do Brasil prepara uma projeção diária de liquidez intradiária como parte do processo de projeção de caixa usando sua ferramenta existente. Esta equipe é responsável pelos acordos de valores mobiliários com custódias, compensações e permutas, o que está muito ligado ao risco de liquidez intradiário devido aos tempos de corte e às janelas aplicáveis.

A margem de risco de liquidez intradiária do GSBRC MLOi é um limite mínimo de liquidez que não pode ser violado de acordo com as políticas internas do Conglomerado e da matriz. Em caso de extrapolação desse limite, a equipe de Tesouraria Corporativa reportará o assunto ao GSBRC.

Globalmente, a Tesouraria Corporativa monitora a liquidez total e a reserva de risco de liquidez intradiária do MLO, uma vez que a liquidez nunca deve ser menor do que esta margem mínima. Esta é a principal métrica usada para monitorar a liquidez do Conglomerado.

(d.8) Plano de Contingência

O Plano de Contingência de Liquidez do Conglomerado foi criado para fornecer e mitigar as necessidades de financiamento em períodos de escassez de liquidez. O objetivo do plano é garantir uma comunicação e coordenação eficazes em caso de potencial ou existente escassez de liquidez. O plano estabelece um plano de ação para analisar e responder a um evento de risco de liquidez severo, as considerações especiais que devem ser tratadas para determinar o possível impacto desse evento na liquidez do Conglomerado e planos de ação alternativos para ajudar a manter a liquidez na instituição em níveis apropriados.

(d.9) Ratings de crédito

O Conglomerado conta com o mercado de capital de dívida de curto e longo prazo para financiar uma parcela significativa das operações diárias, sendo a disponibilidade de financiamento da dívida influenciada pela classificação de crédito do Conglomerado. A classificação de crédito também é vantagem competitiva em determinados mercados, como o mercado de derivativos OTC, e quando são realizadas transações de longo prazo.

(d.10) Passivos financeiros não derivativos por faixa de vencimento

As tabelas abaixo apresentam os passivos financeiros não derivativos por faixas de vencimento, contado da data de reporte até a data do vencimento contratual, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, respectivamente. Os valores reportados refletem os fluxos de caixa contratados não descontados e, portanto, podem diferir daqueles constantes no balanço patrimonial.

2024					
	Até 30 dias	De 31 à 90 dias	De 91 à 360 dias	De 1 à 5 anos	Total
Depósitos de clientes e instituições financeiras	-	700.072	3.753.178	4.068.768	8.522.018
Captações no mercado aberto	1.183.526	-	-	-	1.183.526
Obrigações por empréstimos	9.663.587	-	-	-	9.663.587
Total	10.847.113	700.072	3.753.178	4.068.768	19.369.131

2023					
	Até 30 dias	De 31 à 90 dias	De 91 à 360 dias	De 1 à 5 anos	Total
Depósitos de clientes e instituições financeiras	-	63.225	514.935	7.635.026	8.213.186
Captações no mercado aberto	12.822	-	-	-	12.822
Obrigações por empréstimos	843.739	-	-	-	843.739
Total	856.561	63.225	514.935	7.635.026	9.069.747

(e) Risco Social, Ambiental e Climático

O Conglomerado define o risco social, ambiental e climático (risco SAC) como a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos de natureza social, ambiental e climática, conforme definido no art. 38 da Resolução CMN nº 4.557/17.

O Grupo GS reconhece que pode impactar o meio ambiente através dos ativos que adquire, das atividades que financia e dos investimentos que faz. Desta forma, cada uma das principais áreas de negócios exerce um papel importante, buscando integrar as políticas socioambientais às suas atividades. Estas práticas se estendem à avaliação das práticas de clientes – potenciais ou já existentes – e de parceiros e fornecedores ao tomarmos decisões para iniciarmos novos negócios e/ou relacionamentos.

O Conglomerado segue as diretrizes relacionadas a riscos social, ambiental e climático estabelecidas globalmente e se beneficia de sua estrutura global de gerenciamento de riscos, que conta com especialistas técnicos que auxiliam a estrutura local no estabelecimento do seu apetite a este tipo de risco.

O gerenciamento dos riscos sociais, ambientais e climáticos ocorre através de sistemas e processos de controles internos adequados à complexidade de negócios do Conglomerado e de acordo com os princípios de relevância e proporcionalidade. Nesse intuito, a estrutura de gerenciamento de risco social, ambiental e climático é responsável por garantir condutas na relação com as contrapartes que incluem:

- Avaliar o relacionamento social, ambiental e climático através da aplicação de questionário que aborda aspectos restritivos, como: históricos ESG, estrutura corporativa de gerenciamento do risco social, ambiental, litígios, processos e questões relacionados a violação dos direitos humanos com as partes interessadas;
- Revisar, periodicamente, contrapartes em relação a seus impactos sociais, ambientais e/ou climáticos;
- Analisar setores econômicos sujeitos a restrições, de acordo com a Política Ambiental Global do Goldman Sachs;
- Mitigar riscos atrelados a: lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo, corrupção e suborno;
- Registrar perdas subordinadas a riscos sociais, ambientais e climáticos e aplicação de medidas de mitigação no caso de materialidade relevante para o Conglomerado.

O Conglomerado mantém publicamente disponível em seu sítio eletrônico a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática que estabelece os princípios e diretrizes de natureza social, ambiental e climática que orientam o Conglomerado Prudencial Goldman Sachs ("Conglomerado") na gestão de seus negócios, atividades e processos, bem como na sua relação com as partes interessadas..

7) Segregação entre circulante e não circulante

Apresentamos os montantes circulantes e não circulantes a serem recuperados ou liquidados em até 12 meses ou mais do que 12 meses para cada ativo e passivo do balanço patrimonial consolidado:

Ativo	2024	Circulante	Não circulante	2023	Circulante	Não circulante
Caixa e equivalentes de caixa	1.725.533	1.725.533	-	2.664.544	2.664.544	-
Ativos financeiros ao custo amortizado	2.388.218	-	2.388.218	300.535	-	300.535
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	32.305.768	25.278.563	7.027.205	14.942.696	10.177.986	4.764.710
Aplicações em depósitos interfinanceiros	814.477	814.477	-	261.872	245.674	16.198
Títulos e valores mobiliários	21.663.348	21.584.146	79.202	9.533.636	7.594.957	1.938.679
Instrumentos financeiros derivativos	9.827.943	2.879.940	6.948.003	5.113.641	2.337.349	2.776.292
Operações de crédito	-	-	-	6	6	-
Outros Recebíveis	-	-	-	33.541	-	33.541
Ativo tangível	21.900	-	21.900	27.046	-	27.046
Ativos fiscais	34.638	34.638	-	21.391	-	21.391
Outros	34.638	34.638	-	21.391	-	21.391
Outros ativos	862.113	842.576	19.537	783.457	779.593	3.864
Total	37.338.170	27.881.310	9.456.860	18.739.669	13.622.123	5.117.546

Passivo	2024	Circulante	Não circulante	2023	Circulante	Não circulante
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	12.075.031	2.919.169	9.155.862	4.951.891	828.689	4.123.202
Instrumentos financeiros derivativos	12.075.031	2.919.169	9.155.862	4.951.891	828.689	4.123.202
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	19.369.131	14.444.088	4.925.043	9.069.747	1.966.292	7.103.455
Depósitos de clientes	8.522.018	3.596.975	4.925.043	8.213.186	1.109.731	7.103.455
Captações no mercado aberto	1.183.526	1.183.526	-	12.822	12.822	-
Obrigações por empréstimos	9.663.587	9.663.587	-	843.739	843.739	-
Obrigações fiscais	507.346	507.346	-	206.446	139.716	66.730
Imposto de renda e contribuição social – Corrente	296.923	296.923	-	91.512	91.512	-
Imposto de renda e contribuição social – Diferido	184.969	184.969	-	66.730	-	66.730
Outras	25.454	25.454	-	48.204	48.204	-
Outros passivos	1.215.091	1.114.467	100.624	1.223.160	1.158.446	64.714
Total	33.166.599	18.985.070	14.181.529	15.451.244	4.093.143	11.358.101

8) Valor justo de ativos e passivos financeiros

a. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

Apresentamos a composição dos ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respectivamente:

Ativos financeiros	2024	2023
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	Valor contábil	Valor contábil
Aplicações em depósitos interfinanceiros	814.477	261.872
Títulos e valores mobiliários	21.663.348	9.533.636
Instrumentos financeiros derivativos	9.827.943	5.113.641
Operações de crédito	-	6
Recebíveis comerciais	-	33.541
Total	32.305.768	14.942.696

Passivos financeiros	2024	2023
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	Valor contábil	Valor contábil
Instrumentos financeiros derivativos	12.075.031	4.951.891
Total	12.075.031	4.951.891

b. Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo

A tabela mostra os registros no contábil e os valores justos dos ativos e passivos financeiros que não são mensurados ao valor justo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respectivamente:

	2024		2023	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Empréstimos	2.388.218	2.388.218	300.535	300.535
Outros ativos financeiros	584.238	584.238	476.050	476.050
Negociação e intermediação de valores	584.238	584.238	476.050	476.050
Total	2.972.456	2.972.456	776.585	776.585

	2024		2023	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Passivos financeiros ao custo amortizado	19.369.131	19.369.131	9.069.747	9.069.747
Depósitos de clientes e instituições financeiras	8.522.018	8.522.018	8.213.186	8.213.186
Captações no mercado aberto	1.183.526	1.183.526	12.822	12.822
Obrigações por empréstimo	9.663.587	9.663.587	843.739	843.739
Outros passivos	684.449	684.449	796.644	796.644
Negociação e intermediação de valores	684.449	684.449	796.644	796.644
Total	20.053.580	20.053.580	9.866.391	9.866.391

As linhas dos saldos dos ativos e passivos financeiros não mensurados a valor justo é composta por:

- Empréstimos a clientes
- Depósitos de clientes e instituições financeiras: captações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros;
- Captações no mercado aberto: operações compromissadas;
- Obrigações por empréstimos: empréstimos captados no exterior junto ao The Goldman Sachs Group Inc e à Goldman Sachs Latin America Holdings LLC.

Os depósitos de clientes e instituições financeiras e captações no mercado aberto apresentam taxas que variam de 93% à 114% do CDI. Referem-se a operações de alta liquidez. Assim, o valor contábil é substancialmente uma aproximação razoável do valor de mercado ou valor justo.

Os passivos financeiros não mensurados ao valor justo referem-se a captações de mercado aberto indexadas às moedas dólar e euro e apresentam o valor justo baseado nos fluxos de caixa descontados utilizando taxas de mercado para instrumentos de características similares, quanto ao risco de crédito e vencimento.

A IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo hierarquiza as técnicas de apreçamento a partir dos dados utilizados na mensuração do valor justo.

- **Nível 1:** preços cotados em mercado ativo para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o instrumento seja diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). Este nível engloba derivativos não listados em bolsa de valores e instrumentos de dívida.
- **Nível 3:** informações que não são baseadas em dados observáveis. Incluem instrumentos financeiros derivativos não cotados em mercado ativo.

A tabela abaixo mostra os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por hierarquia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 respectivamente.

	2024			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado				
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	814.477	-	814.477
Títulos e valores mobiliários	21.555.813	107.535	-	21.663.348
Instrumentos financeiros derivativos (*)	41.279	11.162.938	35.713	11.239.930
Total	21.597.092	12.084.950	35.713	33.717.755
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado				
Instrumentos financeiros e derivativos	19.280	13.580.524	135.142	13.464.662

Total	19.280	13.580.524	135.142	13.464.662
2023				
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	261.872	-	261.872
Títulos e valores mobiliários	7.475.293	250.926	1.807.416	9.533.636
Instrumentos financeiros derivativos (*)	59.446	11.351.656	123.937	11.534.948
Operações de crédito	6	-	-	6
Total	7.354.745	11.864.364	1.931.353	21.330.462
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado				
Instrumentos financeiros e derivativos	38.045	10.799.225	535.930	11.373.199
Total	38.045	10.799.225	535.930	11.373.199

(*) OS VALORES ESTÃO APRESENTADOS ANTES DO EFEITO DECORRENTE DA COMPENSAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS.

Durante o exercício de 2024, a Administração reavaliou os critérios utilizados na determinação dos níveis segundo a hierarquia para apuração de instrumentos financeiros mensurados ao valor justo no resultado e não houve reclassificação entre os níveis. No exercício de 2023, como resultado da reavaliação, os títulos públicos federais, ações de companhias abertas, contratos futuros e opções listadas que atendem aos critérios definidos na política de precificação foram reclassificados do nível 2 para o nível 1. A reclassificação não resultou em mudanças nas demonstrações de resultado, bem como em qualquer métrica de avaliação de risco ou de consumo de capital.

Para o nível 3, demonstramos abaixo a movimentação dos ativos e passivos financeiros, em base líquida:

	Instrumentos Financeiros
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.781.839
Novas contratações	386.628
Ganhos e perdas reconhecidos	(773.044)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.395.423
Novas contratações	(26.482)
Reclassificações	(1.458.686)
Ganhos e perdas reconhecidos	260.600
Saldo em 31 de dezembro de 2024	170.855

Em 31 de dezembro de 2024 os instrumentos classificados como nível 3 referem-se a opções de ações e moeda, swaps com opcionalidade, liquidados em reais. O apuração desses instrumentos envolve parâmetros pouco observáveis, como por exemplo a correlação entre a taxa de câmbio de reais por dólar e o preço de ações, ou volatilidade de taxas de câmbio de longo prazo. A análise de sensibilidade da mensuração dos instrumentos classificados no nível 3, utilizando-se premissas razoavelmente previstas, para as posições em aberto em 31 de dezembro de 2024, mostra que o impacto da marcação desses fatores não observáveis nas demonstrações financeiras é pequeno. O resultado se justifica uma vez que essas posições em geral são hedgeadas através de operações opostas contra um fundo de investimentos, parte relacionada do Consolidado (Nota explicativa 18 (a) – Transações com Partes Relacionadas).

Ressaltamos que as variações nos cenários apresentam perspectiva de liquidação imediata destes ativos, o que pode não representar necessariamente perda ou ganho por se tratar de situação hipotética.

9) Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa	417	532
Depósito no exterior em moeda estrangeira	5.718	4.801
Banco Central do Brasil - reserva livre	583	1.554
Aplicações em operações compromissadas	1.718.815	2.657.657
Total	1.725.533	2.664.544

10) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

	2024	2023
Ativos financeiros	Valor de Custo	Valor de Custo
Empréstimo	301.780	301.553
(-) Provisão para perda esperada de crédito	(387)	(1.018)
Total	301.393	300.535
Fundos de Direitos Creditórios (FIDC)	2.094.026	-
(-) Provisão para perda esperada de crédito	(7.201)	-
Total	2.086.825	-
Total Ativos Financeiros – Custo Amortizado	2.388.218	300.535

A totalidade dos empréstimos a clientes, no montante de R\$ 301.393 (2023 - 300.535), está concentrada no setor privado, não havendo operações com o governo e refere-se a um contrato indexado ao CDI acrescidos de uma taxa fixa anual, concedido na forma de cédula de crédito bancário para entidade não ligada, cuja atividade econômica se insere na categoria de prestação de serviços, com vencimento em junho de 2025 e com pagamento de juros semestrais.

Em 31 de dezembro de 2024, foi constituída provisão para perda esperada de crédito no montante de R\$ 387 (2023 – R\$ 1.018). A totalidade de operações de empréstimo está classificada no estágio I. A provisão para perda esperada de crédito é considerada adequada pela Administração.

Em 31 de dezembro de 2024, Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado incluem aplicações em Fundos de Direitos Creditórios ("FIDCs"), no montante de R\$ 2.086.825 (2023 – zero). Os saldos representados pelos FIDCs, refletem investimentos em cotas sêniores, cuja rentabilidade se assemelha a uma operação com característica de concessão de crédito, com taxa fixa, cujo valor deriva da quota divulgada pelos administradores dos Fundos, contemplando os resgates e aplicações realizados no período, deduzido do montante de provisão para perda esperada de crédito. Em 31 de dezembro de 2024 a provisão para perda esperada de crédito totaliza R\$ 7.201 (2023 – zero).

11) Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado

(a) Aplicações no mercado aberto

Em 31 de dezembro de 2024 nossas aplicações no mercado aberto mensuradas ao valor justo no resultado foram classificadas como equivalentes de caixa, de acordo com o prazo de vencimento das operações.

(b) Aplicações em depósitos interfinanceiros

Em 31 de dezembro de 2024, estão constituídas por aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros no valor de R\$ 814.477 (2023 - R\$ 261.872), com vencimento até 2027 e taxas correspondentes a 100% do CDI.

(c) Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo no resultado é composta por aplicações em títulos públicos, cotas de fundos, debêntures e ações.

Os valores de mercado do títulos públicos e privados representam o valor presente dos mesmos, os quais foram calculados com base no fluxo de caixa futuro descontado pelas taxas praticadas no mercado.

O valor da aplicação em quotas do Fundo de Investimento Liquidez da Câmara BM&FBOVESPA Multimercado ("FILCB") reflete o valor da última quota divulgada pelos administradores dos fundos, contemplando os resgates e aplicações realizados no período. As ações são valorizadas pelas cotações de fechamento divulgadas pela B3 em contrapartida ao resultado do período.

O saldo da carteira de títulos e valores mobiliários, bem como sua composição, estão assim demonstrados:

a. Composição por classificação e tipo

	2024		2023
Composição da carteira	Custo corrigido	Valor de mercado	Valor de mercado
Carteira própria	18.943.146	18.927.693	8.563.393
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	8.245.822	8.243.848	3.039.125
Letras do Tesouro Nacional – LTN	6.573.328	6.571.970	2.494.923
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	502.597	494.348	89.499
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	3.498.842	3.497.959	50.699
Cotas de FIDC	-	-	1.807.416
Debêntures	30.201	28.333	179.615
Ações	92.356	91.235	902.116
Vinculados a compromissos de recompra	1.282.556	1.183.709	67.552
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	1.171.728	1.171.686	67.552
Letras do Tesouro Nacional – LTN	110.828	12.023	-
Vinculados à prestação de garantias na B3	1.578.256	1.551.946	902.691
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	15.821	15.814	742.019
Letras do Tesouro Nacional – LTN	1.483.233	1.456.930	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	85.957
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	-	-	3.403
Fundo de Investimento Liquidez da Câmara BM&FBOVESPA Multimercado - FILCB	79.202	79.202	71.312
Total da carteira	21.803.958	21.663.348	9.533.636

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os títulos e valores mobiliários estão classificados na categoria Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado.

b. Classificação e composição por prazo de vencimento

	2024					2023	
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor de mercado	Valor de mercado
Títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado ⁽¹⁾							
Carteira própria	103.054	8.466.087	2.527.219	7.485.161	249.782	18.831.303	8.563.393
Vinculados a compromisso de recompra	-	1.171.686	12.024	112.203	-	1.295.913	67.552
Vinculados à prestação de garantias na B3	79.202	-	284.993	1.171.937	-	1.536.132	902.691
Total	182.256	9.637.773	2.824.236	8.769.301	249.782	21.663.348	9.533.636

⁽¹⁾ OS TÍTULOS PÚBLICOS VINCULADOS À PRESTAÇÃO DE GARANTIA REFEREM-SE ÀS OPERAÇÕES REALIZADAS JUNTO À CLEARING DE DERIVATIVOS B3.

(d) Instrumentos financeiros derivativos

Estão representados por operações de futuros, swap, opções, operações a termo de título público e de moeda – NDF (Non-Deliverable Forward) e outros derivativos devidamente registrados na B3 ou na CETIP, conforme o caso, envolvendo taxas do mercado interfinanceiro, ações, commodities e variação cambial.

O Consolidado atua no mercado de futuros da B3, principalmente como parte da execução de sua política de gerenciamento de riscos, a fim de reduzir os riscos resultantes de suas operações (hedge global).

A área de Gerenciamento de Risco é independente e utiliza técnicas globais para mensuração dos potenciais riscos inerentes ao carregamento de suas posições.

A gestão de riscos e os controles internos existentes visam permitir que o Consolidado não se exponha excessivamente à movimentação das taxas de juros, índices de preços, do câmbio e de commodities.

Os controles mantidos são aprovados internamente, adotando-se os parâmetros internacionais utilizados pela organização mundialmente. Tais controles baseiam-se em parâmetros estatísticos, tais como “VaR”.

A precificação dos contratos futuros detidos pelo Consolidado é apurada com base nos preços de fechamento divulgados diariamente pela B3.

A precificação das operações de swap e a termo de título público e NDF é fundamentada pela geração de curvas de mercado obtidas por intermédio de estruturas temporais de taxas de juros, cujas cotações de preços são obtidas pela mesa de operações e divulgadas por agências como Bloomberg, Reuters, Anbima e a própria B3.

O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como Black & Scholes, utilizando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para analisar as volatilidades.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são:

(a) Contratos futuros – moedas e taxas de juros: são obrigações contratuais de comprar ou vender um valor líquido baseado na mudança de determinada taxa de juros ou moeda ou o compromisso de comprar ou vender moeda estrangeira ou outro instrumento financeiro em uma data futura a um preço pré-estabelecido. Não é considerado o risco de crédito para a determinação do valor justo das operações com futuros, já que estes são garantidos por depósitos em dinheiro ou títulos (margem) e as mudanças no valor justo do instrumento são lançadas diretamente contra caixa (ajustes diários). As transações são efetuadas em Bolsa de Mercadorias e Futuros e a responsabilidade para a liquidação da operação é da Câmara de Compensação.

O apreamento dos contratos futuros detidos pelo Consolidado é feito com base nos preços de fechamento divulgados diariamente pela B3.

(b) Swaps – moedas, taxas de juros e índices: consistem em um acordo entre duas partes para troca de risco de uma posição ativa (credora) ou passiva (devedora), em data futura, conforme critérios preestabelecidos. As trocas (swaps) mais comuns são as de taxas de juro, moedas e índices. O risco de crédito do Grupo representa o custo potencial para trocar o contrato de swap se as contrapartes não cumprirem suas obrigações contratuais. O risco é monitorado em base contínua com referência ao valor justo.

O apreamento das operações de swap é feito com base em curvas de mercado obtidas por intermédio de estruturas temporais de taxas de juros, cujas cotações de preços são obtidas pela mesa de operações e divulgadas por agências como Bloomberg, Reuters, Anbima e a própria B3.

(c) Opções:

- **ações:** são compromissos onde o lançador da opção garante que o detentor da opção tenha o direito, mas não a obrigação, de comprar ou vender a ação em uma determinada data futura a um preço pré- estabelecido. As opções são negociadas em mercado ativo e não há inclusão do risco de crédito na mensuração do valor justo das opções.
- **taxa de câmbio:** são compromissos onde o lançador da opção garante que o detentor da opção tenha o direito, mas não a obrigação, de comprar ou vender um determinado montante em moeda, numa data futura, a uma taxa de câmbio fixada no presente (preço de exercício), podendo esta ser escolhida pelo comprador da opção.

O valor justo das opções é determinado através de modelos matemáticos (como: Black-Scholes) usando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo subjacente. Preços de mercado corrente são usados para determinar as volatilidades implícitas. A maioria dos modelos utilizados não contém um alto nível de subjetividade, pois as metodologias utilizadas nos modelos não requerem julgamento significativo e os dados do modelo são prontamente observáveis a partir de mercados ativamente negociados. Em algumas opções, dependendo principalmente do ativo subjacente, pode ser utilizado um modelo com parâmetros pouco observáveis.

- **Termo** – moedas e títulos públicos: são compromissos de comprar ou vender o ativo objeto em uma data futura, com o objetivo de proteção contra variações nos preços, normalmente com entrega do ativo-objeto contratado. Estes instrumentos são negociados em mercados de balcão, sendo de responsabilidade das partes as disposições do instrumento.

O apreamento das operações de termo de título público e moedas (termos com entrega ou NDFs) é feito com base em curvas de mercado obtida por intermédio de estruturas temporais de taxas de juros, cujas cotações de preços são obtidas pela mesa de operações e divulgadas por agências como Bloomberg, Reuters, Anbima e a própria B3.

• Compensação dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos

Os instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são apresentados de forma líquida no Balanço Patrimonial Consolidado, uma vez que existem acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional e as relações existentes entre as contrapartes está de acordo com as premissas definidas no parágrafo 42 do IAS 32 – Instrumentos Financeiros.

Apresentamos abaixo o efeito de compensação dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos (offsetting):

2024		
	Ativo	Passivo
Operações de swap	7.501.847	(8.305.294)
Operações de NDF	1.597.173	(1.435.985)
Operações de opções e outros derivativos	2.108.145	(3.572.220)
Termo de Títulos	2.069.686	(2.069.535)
Certificados de operações estruturadas – COE	-	(137.559)
Operações de câmbio	7.731.266	(7.734.612)
Total de operações de derivativos	21.008.117	(23.255.205)
Efeito da compensação – transferido	(9.650.838)	1.529.336
Efeito da compensação – recebido	(1.529.336)	9.650.838
Total do efeito da compensação (*)	(11.180.174)	11.180.174
Total de operações de derivativos após compensação	9.827.943	(12.075.031)

2023		
	Ativo	Passivo
Operações de swap	2.993.730	(4.415.475)
Operações de NDF	521.024	(605.155)
Operações de opções e outros derivativos	2.323.393	(378.034)
Certificados de operações estruturadas – COE	3	(271.558)
Termo de título público	5.696.799	(5.702.977)
Total de operações de derivativos	11.534.949	(11.373.199)
Efeito da compensação – transferido	(6.263.078)	158.230
Efeito da compensação – recebido	(158.230)	6.263.078
Total do efeito da compensação (*)	(6.421.308)	6.421.308
Total de operações de derivativos após compensação	5.113.641	(4.951.891)

(*) Os valores de operações com futuros não são considerados no processo de compensação, uma vez que esta compensação é realizada pela B3.

Os valores dos subitens “Composição por indexador”, “Composição do valor nominal por contraparte”, “Composição do valor nominal por local de negociação”, “Comparação entre o valor de custo e o valor justo” a seguir estão apresentados sem efeito de compensação. Ou seja, apresentam a posição antes do processo de compensação.

• Composição por indexador

Os valores de registro dos contratos (notional) de determinados instrumentos financeiros permitem uma base de comparação com instrumentos reconhecidos na demonstração de posição financeira consolidada, mas não indicam necessariamente os fluxos de caixa futuros envolvidos ou o valor justo corrente do instrumento e, conseqüentemente, não indicam a exposição do Consolidado.

Os derivativos tornam-se favoráveis (ativos) ou desfavoráveis (passivos) como resultado de flutuações nas taxas de juros de mercado, nas taxas de câmbio, nos preços das ações e preços de mercadorias.

Os instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estão representados como segue:

	2024			2023
	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal	Valor nominal
Operações de swap	7.501.847	(8.305.294)	211.520.183	170.034.093
Ações	8.128	(11.468)	416.536	1.031.831
Commodities	248	(238)	121.044	121.044
Indexados em Índices de Preços e Juros	992	(600.242)	5.089.815	17.472.038
Moeda Estrangeira	3.377.905	(3.406.861)	34.556.601	12.592.075
Taxa de Juros Pré - Reais	4.114.574	(4.286.485)	171.336.187	138.003.950
Outros	—	—	—	813.155
Opções de ações	1.052.021	(110.634)	12.639.092	5.634.627
Compra de opção de compra	105.809	—	3.728.205	2.026.742
Venda de opção de compra	—	(16.299)	4.525.398	1.746.718
Compra de opção de venda	946.212	—	2.480.785	977.328
Venda de opção de venda	—	(94.335)	1.904.704	883.839
Opções de moeda	141.259	(231.902)	3.758.575	4.183.636
Compra de opção de compra	139.480	—	1.138.299	796.598
Venda de opção de compra	—	(230.123)	1.514.208	1.536.474
Compra de opção de venda	1.779	—	800.534	1.172.782
Venda de opção de venda	—	(1.779)	305.534	677.782
Opções de commodities	—	—	—	26.455
Compra de opção de compra	—	—	—	26.455
NDF (Non-Deliverable Forward) de moedas	1.549.980	(1.389.042)	175.485.996	53.917.213
Posição comprada	1.480.873	(150.230)	94.047.788	29.510.107
Posição vendida	69.107	(1.238.812)	81.438.208	24.407.106
NDF (Non-Deliverable Forward) de commodities	47.193	(46.943)	2.495.541	3.706.160
Posição comprada	27.642	(19.354)	1.247.636	1.852.719
Posição vendida	19.551	(27.589)	1.247.905	1.853.441
Outros derivativos	914.865	(3.229.684)	5.162.555	4.642.084
Posição comprada	914.865	—	1.102.685	3.949.080
Posição vendida	—	(3.229.684)	4.059.870	693.004
Operações com futuros ⁽¹⁾	2.352	(3.210)	2.396.653	5.773.354

	2024			2023
	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal	Valor nominal
Posição comprada	275	(3.147)	1.536.895	2.454.234
Cupom cambial - DDI	—	(1.871)	803.471	1.487.386
DAP	—	(1.276)	127.020	267.203
DI de 1 dia	—	—	485.058	582.243
Dólar	—	—	—	117.402
WDO	275	—	121.346	—
Posição vendida	2.077	(63)	859.758	3.319.120
Cupom cambial - DDI	7	—	4.805	1.041.610
DI de 1 dia	1.259	—	343.292	1.798.228
IND	—	—	—	217.264
WDO	811	—	458.168	262.018
WIN	—	(63)	53.493	—
Termo de título público	2.069.686	(2.069.535)	2.069.397	—
Compra a termo de título público	86.256	(86.393)	86.256	—
Venda a termo de título público	1.983.430	(1.983.142)	1.983.141	—
Total	13.279.203	(15.386.244)	415.527.992	247.917.622

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os valores a receber e a pagar referentes aos ajustes diários a liquidar junto à B3, acrescidos dos respectivos emolumentos estão contabilizados na rubrica “Negociação e intermediação de valores” (nota 13 (b)).

• **Composição do valor nominal por contraparte**

	2024					2023
	Instituições Financeiras	Corporate/ Setor Público	Institucional	Bolsa	Total	Total
Operações de swap	4.990.335	33.088.271	173.441.577	—	211.520.183	170.034.093
Opções	1.693.340	2.912.419	4.764.964	7.026.944	16.397.667	9.844.718
Non-Deliverable Forward - NDF	4.821.712	7.606.362	165.553.463	—	177.981.537	57.623.373
Outros derivativos	4.176	—	5.158.379	—	5.162.555	4.642.084
Operações com futuros	—	—	—	2.396.653	2.396.653	5.773.354
Termo de título público	2.059.111	—	10.286	—	2.069.397	—
Total	13.568.674	43.607.052	348.928.669	9.423.597	415.527.992	247.917.622

• **Composição do valor nominal por local de negociação**

	2024			2023
	Bolsa	Balcão	Valor nominal	Valor nominal
Operações de swap	—	211.520.183	211.520.183	170.034.093
Opções	7.026.944	9.370.723	16.397.667	9.844.718
Non-Deliverable Forward - NDF	—	178.077.518	177.981.537	57.623.373
Outros derivativos	—	5.162.555	5.162.555	4.642.084
Operações com futuros	2.396.653	—	2.396.653	5.773.354
Termo de título público	—	2.069.397	2.069.397	—
Total	9.423.597	406.200.376	415.527.992	247.917.622

• **Comparação entre o valor de custo e o valor justo**

Os ajustes diários das operações realizadas em mercado futuro bem como o resultado dos contratos de swap, opções, termo de moeda e outros derivativos são registrados em receita ou despesa, quando auferidos, e representam seu valor justo atualizado.

	2024		2023	
	Valor de custo	Ganhos/perdas não realizados	Valor de mercado	Valor de mercado
Ativo	8.176.016	5.100.834	13.276.850	5.838.457
Operações de swap	2.663.984	4.837.863	7.501.847	2.993.729
Opções	1.134.005	59.274	1.193.279	309.432
Non-Deliverable Forward - NDF	1.490.990	106.183	1.597.173	521.332
Outros derivativos	815.585	99.280	914.865	2.013.964
Termo de título público	2.071.452	(1.766)	2.069.686	—
Passivo	(11.041.719)	(4.561.664)	(15.603.383)	(5.398.634)
Operações de swap	(4.410.091)	(4.115.552)	(8.525.643)	(4.415.445)
Opções	(228.751)	(113.784)	(342.535)	(213.575)
Non-Deliverable Forward - NDF	(1.239.567)	(196.419)	(1.435.986)	(605.154)
Outros derivativos	(3.093.736)	(135.948)	(3.229.684)	(164.460)
Termo de título público	(2.069.574)	39	(2.069.535)	—

(e) Operações de crédito

Em 31 de dezembro de 2024 não havia operações de crédito em aberto. Para 31 de dezembro de 2023, as operações de crédito eram compostas em sua totalidade por operações realizadas sob as modalidades de empréstimos de valores mobiliários de que trata a Resolução CMN nº 4.952/2021 no montante de R\$ 6 (zero em 2024)

(f) Carteira de câmbio

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os saldos da carteira de câmbio são compostos por:

	2024	2023
Passivo		
Net Câmbio vendido/comprado a liquidar	2.098.699	2.774.293
Net Direitos/Obrigações por compra de câmbio	(2.102.045)	(2.768.115)
Total	(3.346)	(6.178)

Foram efetuadas as compensações do saldos ativos e passivos da carteira de câmbio e foram considerados os saldos líquidos no balanço patrimonial consolidado.

12) Ativo tangível

O ativo tangível do Consolidado diz respeito ao imobilizado para uso próprio. O Consolidado não tem ativos imobilizados mantidos como propriedade de investimento nem arrendados sob a condição de arrendamentos operacionais.

	2024			2023		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Instalações	54.340	(50.884)	3.456	53.104	(49.786)	3.318
Imobilizações em curso	325	-	325	605	-	605
Comunicação	39.440	(27.305)	12.135	38.962	(22.728)	16.234
Processamento de dados	21.946	(15.962)	5.984	20.177	(13.288)	6.889
Total	116.051	(94.151)	21.900	112.848	(85.802)	27.046

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foi reconhecida perda ao valor recuperável de ativos imobilizados.

13) Outros ativos

A composição que demonstra a classificação dos saldos da rubrica “Outros ativos” no balanço patrimonial consolidado é a seguinte:

	2024	2023
Negociação e intermediação de valores ^(a)	584.238	476.050
Valores a receber de sociedades ligadas (nota 18)	227.017	216.897
Ativo de direito de uso (IFRS 16 – Arrendamentos) ^(b)	18.810	37.760
Dividendos a receber	21.848	44.420
Diversos ^(c)	10.200	8.330
Total	862.113	783.457

(a) Negociação e intermediação de valores

Refere-se, principalmente, a devedores – conta liquidação pendente no montante de R\$ 566.623 (2023 – R\$ 330.140), e a ajustes diários a liquidar no montante de R\$ 17.615 (2023 – R\$ 144.920).

(b) Ativo de direito de uso - Arrendatário

Em 31 de dezembro de 2024, o total de ativo de direito de uso a valor presente reconhecido no Balanço Patrimonial Consolidado monta em R\$ 18.810 (2023 – R\$ 37.760)

(c) Diversos

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os saldos da conta de Diversos são compostos por:

	2024	2023
Rendas a receber ⁽¹⁾	638	262
Despesas antecipadas	2.014	-
Outros ativos ⁽²⁾	7.548	8.068
Total	10.200	8.330

1. RENDAS A RECEBER REFERE-SE, PRINCIPALMENTE, A SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA TÉCNICA E FINANCEIRA PRESTADOS A TERCEIROS.
2. OUTROS ATIVOS INCLUEM, PRINCIPALMENTE, A ADIANTAMENTO DE FERIAS, VIAGENS E FORNECEDORES.

14) Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

O saldo dos passivos financeiros ao custo amortizado é composto por:

	2024	2023
Depósitos interfinanceiros	191.481	1.072.379
Depósitos a prazo	8.330.537	7.140.807
Captações no mercado aberto	1.183.526	12.822
Obrigações por empréstimos no exterior	9.663.587	843.739
Total	19.369.131	9.069.747

(a) Depósitos de clientes e instituições financeiras

	2024	2023
Depósitos Interfinanceiros	1.052.422	1.072.379
De 1 a 90 dias	-	-
A vencer após 360 dias	1.052.422	1.072.379
Depósitos a prazo	7.469.596	7.140.807
De 1 a 90 dias	542.065	63.225
De 91 até 360 dias	3.054.910	514.935
A vencer após 360 dias	3.872.621	6.562.647
Total de depósitos	8.522.018	8.213.186

Depósitos interfinanceiros, representados por captações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros junto a instituições financeiras, foram contratados a taxas equivalentes a 100% do DI.

Depósitos a prazo, representados por captações em Certificados de Depósitos Bancários, contratados a taxas que variam entre 93% e 112% do DI, sendo o montante de R\$ 3.294.486 (2023 - R\$ 4.544.786) correspondente a transação com partes relacionadas.

(b) Captações no mercado aberto

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 estão representadas por obrigações em operações compromissadas no montante de R\$ 1.183.526 (2023 - R\$ 12.822), sendo:

- R\$ 1.183.526 (2023 - R\$ zero) correspondentes a recompras a liquidar de operações compromissadas realizadas com títulos da carteira própria.
- Em 2023 R\$ 12.822 correspondentes a obrigações referentes ao compromisso de devolução de títulos recebidos como lastro em operações compromissadas com acordo de livre movimentação, em razão da venda definitiva dos respectivos títulos, representadas por NTN-F e NTN-B.

(c) Obrigações por empréstimos

Em 31 de dezembro de 2024, referem-se, principalmente, a empréstimos captados no exterior junto à The Goldman Sachs Group, Inc., Nova Iorque, com vencimento em até 3 meses, no montantes de USD 1.320.857, convertido pela taxa SPOT de fechamento equivalentes a R\$ 8.168.837 (2023 - zero) e a empréstimos captados no exterior junto a Goldman Sachs Latin America Holding LLC, com vencimento em até 3 meses, no montante de USD 241.693, convertido pela taxa SPOT de fechamento equivalentes a R\$ 1.494.750 (2023 - R\$ 835.539).

15) Outros passivos

A composição que demonstra a classificação dos saldos da rubrica “Outros passivos” no balanço patrimonial consolidado é a seguinte:

	2024	2023
Negociação e intermediação de valores ^(a)	684.449	796.644

Obrigações com partes relacionadas (Nota 18)	34.208	3.771
Valores a pagar pagamento baseado em ações (Nota 18)	128.724	78.150
Passivos contingentes (nota 16)	1.382	1.253
Obrigações de arrendamento (IFRS 16) ^(b)	16.672	36.813
Diversas ^(c)	349.656	306.531
Total	1.215.091	1.223.162

(a) Negociação e intermediação de valores

Negociação e intermediação de valores refere-se, principalmente, a ajustes diários a pagar de operações em bolsa com entidades ligadas no montante de R\$ 473.183 (2023 – R\$ 315.356), comissões e corretagens a pagar no montante de R\$ 2.065 (2023 - R\$ 8.215), credores por empréstimos de ações no montante de R\$ 97.650 (2023 – R\$ 269.957), as outras obrigações por negociação e intermediação de valores no montante de R\$ 73.217 (2023 - R\$ 3.020) e caixas de registro e liquidação no montante de R\$ 38.334 (2023 – R\$ 200.095)

(b) Obrigações de arrendamento – Arrendatário

O Consolidado é arrendatário, principalmente, de imóveis para uso em suas operações que incluem opções de renovação e cláusulas de reajuste. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a saída de caixa com arrendamentos totalizou R\$ 18.877 (2023 -R\$ 18.515). Não há contratos de subarrendamento.

Em 31 de dezembro de 2024 o total de passivos de arrendamento a valor presente reconhecidos no Balanço Patrimonial Consolidado monta em R\$16.672 (2023 -R\$ 36.183)

Valores de arrendamento reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado:

	2024	2023
Despesas de depreciação	(13.604)	(15.486)
Despesa de juros	(4.080)	(3.120)
Total	(17.684)	(18.606)

(c) Diversas

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os saldos estão compostos por:

	2024	2023
Provisão para outras despesas administrativas	29.462	9.865
Provisão para despesas de pessoal ⁽¹⁾	317.354	235.367
Passivos atuariais ⁽²⁾	1.273	1.273
Credores diversos – país	1.567	60.026
Total	349.656	306.531

1. Provisão para despesas de pessoal refere-se, principalmente, a gratificações a pagar (bônus) no montante de R\$ 195.533 (2023 - R\$ 144.937) e a impostos sobre gratificações a pagar (bônus) no montante de R\$104.997 (2023 – R\$ 75.756).
2. O Consolidado oferece plano de saúde para seus colaboradores e dependentes, arcando com uma parcela do custo do plano. O passivo atuarial reconhecido corresponde ao valor presente das obrigações atuariais de longo prazo e é originado pelo subsídio concedido pela Corretora aos colaboradores inativos, correspondendo à diferença entre o custo do beneficiário e sua contribuição esperada ao longo do tempo. O valor registrado contabilmente em “Outros passivos - Passivo atuarial” no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é R\$ 1.273 (2023 – R\$ 1.273). No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve impacto de avaliação no passivo atuarial.

16) Provisão e passivos contingentes

• Passivos contingentes trabalhistas classificados como risco de perda provável e possível

Em 31 de dezembro de 2024, o Consolidado figura como parte em litígios de natureza trabalhista, patrocinados por ex-funcionários e ex-prestadores de serviços. O valor dos passivos é provisionado com base nas características individuais de cada ação. Em 31 de dezembro de 2024, os passivos trabalhistas classificados como risco de perda provável pela Administração, amparada pelo apoio de seus consultores legais externos, montam em R\$ 1.382 (2023 – R\$ 1.253).

Apresentamos as movimentações ocorridas no período em relação as contingências registradas:

	2024	2023
Contingências trabalhistas		
Saldo Inicial	1.253	1.157
Adição	129	96
Saldo Final	1.382	1.253

Em 31 de dezembro de 2023, as contingências trabalhistas classificadas como risco de perda possível, com base nos pareceres emitidos pelos consultores legais externos, responsáveis pela condução dessas ações, somam R\$ 9.129. Não há contingências possíveis em 31 de dezembro de 2024.

• Passivos contingentes regulatórios classificados como risco de perda possível

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não existem contingências regulatórias classificadas como possíveis, com base nos pareceres emitidos pelos consultores legais externos responsáveis pela condução dos processos.

• Passivos contingentes fiscais classificados como risco de perda possível

O Consolidado é parte em processos na esfera administrativa da Receita Federal do Brasil de natureza tributária que são caracterizados como passivos contingentes e cujo risco de perda é classificado como possível pelos advogados externos responsáveis pela condução da defesa.

Os processos envolvem os seguintes assuntos: (a) PIS e COFINS sobre ganhos decorrentes da desmutualização da CETIP no valor de R\$ 504 (2023 – R\$ 480); (b) PIS e COFINS sobre ganhos decorrentes de desmutualização da BOVESPA no valor de R\$ 5.736 (2023 – R\$ 5.486); (c) IRPJ relativo aos exercícios de 2009 a 2011, em razão da suposta dedução indevida de gratificações pagas a diretores no valor de R\$ 11.376 (2023 – R\$ 10.830); e (d) IRPJ relativo ao exercício de 2014, em razão da suposta dedução indevida de gratificações pagas a diretores no valor de R\$ 9.163 (2023 – R\$ 8.599), atualizados pela Selic acumulada desde a data do auto de infração até 31 de dezembro de 2024; (e) O processo envolve PIS e COFINS sobre as receitas de exportação de serviços para o período de 31 de março de 2013 à 31 de dezembro de 2014, no valor de R\$ 11.922 (2023 - R\$ 11.226).

17) Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social subscrito e totalmente integralizado é representado, em 31 de dezembro de 2024 por 2.822.787.640 (2023 - 2.822.787.640) ações ordinárias nominativas sem valor nominal ao preço unitário de R\$ 1 (hum real) cada ação, em conformidade com a regulamentação aplicável.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 28 de dezembro de 2023, foi aprovado o aumento de capital proposto pela Administração no montante de R\$ 17.000, mediante a emissão de 17.000.000 novas ações ordinárias nominativas sem valor nominal ao preço unitário de R\$ 1 (hum real) cada, oriundo de juros distribuídos a título de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 23.000. Esse aumento de capital foi homologado junto ao BACEN em 10 de abril de 2024.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 31 de janeiro de 2023, foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 276.000, mediante a emissão de 276.000.000 novas ações ordinárias nominativas sem valor nominal ao preço unitário de R\$ 1 (hum real) cada, oriundo de Reservas de Lucros. Esse aumento de capital foi homologado junto ao BACEN em 09 de maio de 2023.

(b) Reservas de lucros, dividendos e juros sobre o capital próprio

Nos termos do artigo 189, da Lei nº 6.404/76, do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda. Ainda, nos termos do artigo 193 da referida Lei, do Lucro líquido do período, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da Reserva legal, que não excederá de 20% (vinte

por cento) do capital social. Conforme mencionado no parágrafo segundo do referido artigo, a Reserva legal tem por fim assegurar a integridade do Capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o Capital.

Nos termos do artigo 25 do Estatuto Social, a Diretoria poderá declarar dividendos à conta do lucro apurado no balanço ao fim de cada exercício e em 31 de dezembro de cada ano. O pagamento de juros sobre o capital próprio (“JCP”) é efetuado dentro do limite de dedutibilidade e apurado sobre o lucro do exercício. Com base na Deliberação CVM nº 683/2012 o tratamento contábil dado aos JCP é análogo ao tratamento dado aos dividendos obrigatórios, ou seja, o valor determinado é lançado diretamente na conta de Lucros acumulados.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 27 de dezembro de 2024, foi aprovada a distribuição e pagamento de dividendos no montante de R\$ 4.000, oriundos da reserva estatutária e pagos aos acionistas proporcionais às suas participações societárias.

Para 31 de dezembro de 2024, foi constituída Reserva legal em montante equivalente a 5% do referido Lucro Líquido e o saldo restante foi destinado para a Reserva estatutária, não havendo portanto previsão para pagamento/provisionamento de dividendos sobre o lucro líquido do exercício, conforme estabelecido pelo estatuto.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo da rubrica “Reservas de lucros” totaliza R\$ 1.349.547 (2023 - R\$ 466.399), sendo constituído por “Reserva legal” no montante de R\$ 84.750 (2023 - R\$ 40.572) e “Reserva estatutária” no montante de R\$ 1.264.797 (2023 - R\$ 425.827).

(c) Lucro por ação

O Lucro Líquido por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível à Controladora pelo número de ações ordinárias, representado por 2.882.787.640 ações (2023 - 2.882.787.640 ações). Em 31 de dezembro de 2024, o lucro líquido por ação (em reais) é de R\$ 0,31 (2023 - R\$ 0,14).

18) Transações com partes relacionadas

(a) Empresas controladoras, controladas e outras partes relacionadas

As transações realizadas entre o Consolidado e as partes relacionadas, a saber: com controladores (1), coligadas (2), e com outras partes relacionadas (3) estão representadas a seguir:

	2024		2023	
	Ativo/ Passivo	Receita/ Despesa	Ativo/ Passivo	Receita/ Despesa
Aplicações em moedas estrangeiras	-	-	95	-
The Goldman Sachs Group, Inc. (1)	-	-	95	-
Instrumentos financeiros derivativos	(103.766)	3.131.614	1.812.899	(2.985.426)
INSS Consignado Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (3)	(738)	(5.508)	8.985	8.015
Goldman Sachs International (2)	-	10.299	-	(1.218)
Horizon Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado (3)	(86.397)	307.648	878.344	(26.760)
Sphere Fundo de Investimento Multimercado - Investimento no Exterior Crédito Privado (3)	(16.631)	2.819.175	925.570	(2.965.463)
Outros créditos - Negociação e intermediação de valores	457.866	32.737	6.720	33.793
Goldman Sachs International (2)	16.221	31.678	6.720	32.523
Goldman Sachs Capital Markets, L.P. (3)	441.645	826	-	972
Sphere Fundo de Investimento Multimercado - Investimento no Exterior Crédito Privado (3)	-	233	-	298
Outros ativos - Valores a receber de sociedades ligadas	227.017	1.388.929	216.897	587.636
Goldman Sachs & Co. LLC (2)	173.340	930.068	28.603	51.267
Goldman Sachs Asset Management International (2)	3.438	8.650	2.548	7.675
Goldman Sachs Asset Management, LP. (2)	3.438	8.509	2.548	7.675
Goldman Sachs Capital Markets, LP. (2)	1.974	96.947	546	41.470
Goldman Sachs International (2)	13.202	106.284	180.431	453.816
Horizon Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado (3)	226	2.753	182	2.397

J. Aron & Company (2)	29.548	219.091	911	7.570
Sphere Fundo de Investimento Multimercado - Investimento no Exterior Crédito Privado (3)	1.033	12.107	927	10.890
The Goldman Sachs Group, Inc. (1)	-	341	-	341
Goldman Sachs Bank Europe SE (4)	65	1.262	57	-
Goldman Sachs Bank USA (4)	-	-	-	3.000
Valores a receber de outras partes relacionadas (2)	753	2.917	144	1.534
Depósitos a prazo	(3.294.486)	(365.459)	(4.544.786)	(440.937)
Goldman Sachs & Co. LLC (2)	(1.185.303)	(125.916)	(1.153.108)	(93.414)
Goldman Sachs Participações II Ltda. (2)	(573)	(342)	(17.598)	(464)
Goldman Sachs Participações Ltda. (2)	(671)	(555)	(53.905)	(775)
Horizon Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado (3)	(315.348)	(45.169)	(40.120)	(166.546)
Sphere Fundo de Investimentos Multimercado - Investimento no Exterior Crédito Privado (3)	(1.792.591)	(193.477)	(3.280.055)	(179.738)
Obrigações por operações compromissadas	(12.005)	(8.635)	-	(3.594)
Horizon Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado (3)	(12.005)	(2.518)	-	-
Sphere Fundo de Investimento Multimercado - Investimento no Exterior Crédito Privado (3)		(6.117)		(3.594)
Outras obrigações - Negociação e intermediação de valores	-	-	(153.956)	-
Goldman Sachs International (4)	-	-	(135.035)	-
Goldman Sachs Capital Markets, L.P. (2)	-	-	(18.380)	-
Sphere Fundo de Investimento Multimercado - Investimento no Exterior Crédito Privado (4)	-	-	(541)	-
Outros passivos - Valores a pagar a sociedades ligadas (i)	(162.931)	(14.346)	(81.921)	3.235
Goldman, Sachs & Co. LLC (2)	(1.609)	(5.071)	(2.275)	(346)
Goldman Sachs International (2)	(30.951)	(7.843)	(306)	608
The Goldman Sachs Group, Inc. (1)	(129.504)	5	(78.718)	(3)
GSBR SE, Paris Branch (3)	-	-	-	1.379
GSBR SE, Milan Branch (3)	-	-	-	1.345
J. Aron & Company (3)	-	-	(243)	252
Valores a pagar a outras partes relacionadas (2)	(867)	(1.437)	(379)	-
Juros sobre o Capital próprio a pagar	-	-	(2.550)	-
Goldman Sachs do Brasil Holding Financeira (1)	-	-	(2.547)	-
Goldman Sachs Latin America Holdings LLC (1)	-	-	(3)	-
Empréstimos no exterior	(9.663.587)	(380.213)	(843.739)	133.884
The Goldman Sachs Group, Inc (1)	(8.168.836)	(301.054)	(8.200)	80.326
Goldman Sachs Latin America Holding LLC (1)	(1.494.751)	(79.159)	(835.539)	53.558
Patrimônio líquido - Capital social	(2.822.788)	-	(2.822.788)	-
Goldman Sachs do Brasil Holding Financeira (1)	(2.819.965)	-	(2.819.965)	-
Goldman Sachs Latin America Holdings LLC (1)	(2.823)	-	(2.823)	-

As transações entre partes relacionadas foram contratadas em termos equivalentes aos que prevalecem em transações entre partes independentes, considerando-se prazos e taxas médias usuais de mercado e a ausência de risco, vigente nas respectivas datas.

(b) Remuneração de pessoas chave da administração

Para fins de divulgação, são considerados pessoas chave da Administração os diretores estatutários do Consolidado.

2024

2023

Benefícios de curto prazo – Administradores		
Proventos	43.952	31.535
Encargos sociais curto prazo	13.586	9.643
Benefícios de longo prazo – Administradores		
Pagamento baseado em ações	26.252	12.613
Encargos sociais longo prazo	8.847	4.251

Benefícios referem-se, principalmente, à férias, décimo terceiro salário, auxílio-creche, assistência médica, vale refeição e alimentação e seguro de vida.

19) Plano de previdência privada e de incentivo de ações

(a) Plano de previdência privada

O Consolidado oferece a todos os funcionários um plano de previdência privada PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre) na modalidade de contribuição definida.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o Consolidado contribuiu com R\$ 6.074 (2023 - R\$ 5.608) para o fundo de previdência.

(b) Plano de incentivo de ações

The Goldman Sachs Group, Inc. empresa controladora do Consolidado, patrocina o plano de pagamento em ações, Plano de Incentivo de Ações da The Goldman Sachs Group, Inc. (SIP), que prevê, entre outras alternativas, concessões de opções de ações de incentivo e unidades de ações restritas (RSUs).

A prestação de serviço do empregado em contrapartida ao prêmio de ações é mensurada com base no valor justo da data da outorga do prêmio. Prêmios de ações que não requerem prestação de serviços futuras são reconhecidos como despesa (ex., prêmios adquiridos, incluindo prêmios concedidos a ex-empregados elegíveis). Prêmios de ações que requerem prestação de serviços futuras são amortizados no decorrer do período do serviço prestado. As prescrições previstas são incluídas na determinação da despesa de pagamento de ações a empregados. O Consolidado paga dividendos equivalentes em dinheiro sobre o saldo RSUs.

Unidades de ações restritas

A empresa controladora indireta outorga RSUs para os empregados do Consolidado de acordo com o SIP, as quais são avaliadas com base no preço de fechamento das ações na data da outorga levando em consideração um desconto de liquidez de quaisquer restrições aplicáveis pós-aquisição de transferência. O direito adquirido sobre as unidades de ações restritas, bem como as ações ordinárias entregues, são concedidas conforme descrito no acordo de RSU, prevendo outorga acelerada em determinadas circunstâncias, tais como, aposentadoria, morte, incapacidade e conflito de trabalho. A entrega das ações ordinárias está condicionada à aquisição de direito dos beneficiários que preencham os requisitos definidos no plano de incentivos.

A movimentação quantidade das RSUs e a movimentação pela média ponderada do valor unitário da ação para 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão demonstradas a seguir:

A movimentação quantidade das RSUs e a movimentação pela média ponderada do valor unitário da ação para 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão demonstradas a seguir:

Movimentação pela quantidade de ações:	2024		2023	
	Requer serviço futuro	Não requer serviço futuro	Requer serviço futuro	Não requer serviço futuro
Quantidade ao final do exercício anterior	17.535	32.404	23.523	33.808
Outorgada	15.147	6.108	18.079	3.056
Prescrita	-	-	(505)	—
Entregue	-	(26.741)	—	(28.021)
Adquirida por direito	(17.038)	17.038	(23.562)	23.561
Transferida entrada/(saída)	(496)	-	—	—
Quantidade ao final do exercício	15.148	28.809	17.535	32.404

Movimentação pela média ponderada do valor unitário da ação (em reais):	2024		2023	
	Requer serviço futuro	Não requer serviço futuro	Requer serviço futuro	Não requer serviço futuro
Valor unitário médio ao final do exercício anterior	2.130,37	1.933,34	1.527,19	1.374,69
Outorgada	2.305,83	2.255,36	1.652,72	1.658,34
Prescrita	-	-	1.608,76	—
Entregue	-	1.931,73	—	1.364,96
Adquirida por direito	2.172,99	2.172,99	1.517,22	1.517,22
Transferida entrada/(saída)	2.293,40	-	—	—
Valor unitário médio ao final do exercício	2.252,52	2.144,85	1.667,68	1.513,44

As RSUs são emitidas em dólar americano e convertidas para reais pela taxa SPOT para 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

A média ponderada a valor justo na data da outorga das RSUs concedidas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 2.305 (2023 - R\$ 1.652). O valor justo da RSUs outorgada em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 inclui um desconto de liquidez (liquidity discount) de 2.16% (2023 - 2.96%), respectivamente para refletir restrições de até 1 ano pós-aquisição do direito de transferência.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo do valor justo agregado das RSUs com direito adquirido é de R\$ 15.148 (2023 - R\$ 17.534).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o Consolidado registrou o total de despesas de provisão para pagamento baseado em ações, incluindo o ajuste a mercado, no montante de R\$ 96.204 (2023 - R\$ 40.921).

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o Consolidado registrou despesa de provisão de encargos sociais, baseados no valor atual da ação, no montante de R\$ 34.812 (2023 - R\$ 17.511).

Considerando o contrato de repagamento, assinado em 31 de dezembro de 2012, com a The Goldman Sachs Group, Inc. o montante do repagamento das ações, a valor ajustado a mercado, em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 128.724 (2023 - R\$ 64.726), (vide nota 13). Em 31 de dezembro de 2024, a provisão para encargos sociais é de R\$ 48.803 (2023 - R\$ 25.216).

20) Receita de juros e similares

	2024	2023
Títulos e valores mobiliários	1.419.798	1.078.785
Operações de crédito	310.138	49.049
Aplicações em depósitos interfinanceiros	47.788	43.820
Aplicações em operações compromissadas	366.160	399.456
Total	2.143.885	1.571.110

21) Despesa de juros e similares

	2024	2023
Depósitos interfinanceiros	(18.671)	(47.704)
Depósitos a prazo	(667.913)	(696.941)
Captações no mercado aberto	(62.648)	(71.566)
Aplicações em moedas estrangeiras	2.392	3.314
Obrigações por empréstimos e repasses	(1.903.235)	(113.587)

	2024	2023
Outros	(11.667)	(9.813)
Total	(2.661.742)	(936.297)

22) Ganhos (perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado

	2024	2023
Títulos e valores mobiliários	(253.143)	462.454
Títulos de renda fixa	(514.943)	(167.897)
Títulos de renda variável	(164.243)	269.457
Lucros na venda de títulos públicos	459.584	455.711
Recebíveis comerciais	(33.541)	(94.817)
Instrumentos financeiros derivativos	1.707.561	(473.389)
operações de swaps	326.493	(266.782)
Opções	1.183.503	(726.784)
Operações com futuros	23.114	392.854
Outros	174.451	127.323
Total	1.454.418	(10.935)

23) Receita líquida de comissões e prestação de serviços

	2024	2023
Rendas de serviços prestados a ligadas ^{(1) (4)}	346.267	550.925
Rendas de corretagens de operações em bolsas	140.522	140.786
Rendas de serviços de consultoria e assessoria técnica ⁽²⁾	55.965	26.285
Rendas de comissões de colocação de títulos	64	7.709
Rendas de administração de fundos de investimentos ⁽³⁾	14.852	13.279
Total	557.670	738.984

(1) Referem-se a receitas com taxa de clearing e rendas de serviços de consultoria e assessoria técnica e financeira prestadas a partes relacionadas.

(2) Referem-se a rendas de serviços prestados a terceiros.

(3) Rendas de gestão de fundos de investimentos são compostas, na sua totalidade, por receita com partes relacionadas.

(4) A partir da entrada em vigor da Lei nº 14.596 de 14 de junho de 2023, em 1º de janeiro de 2024, o Consolidado aderiu o modelo de Divisão do Lucro para a apuração dos preços de transferência entre as transações com entidades do grupo. A metodologia consiste na divisão dos lucros ou das perdas, em uma transação controlada de acordo com o que seria estabelecido entre partes não relacionadas em uma transação comparável. Até dezembro de 2023 o modelo utilizado era o de Custo mais Lucro. O reconhecimento no resultado do período dos preços de transferência apurado no modelo de Custo mais Lucro é efetuado contabilmente na rubrica "Receita de Prestação de Serviços" e preços de transferência apurado no modelo de Divisão do Lucro está registrado na rubrica "Outras Receitas Operacionais", vide nota 24.

24) Outras receitas/(despesas) operacionais

Referem-se, principalmente, ao reconhecimento da receita dos preços de transferência devido à adoção da Lei nº 14.596 mediante à aplicação da metodologia MDL- Divisão do Lucro no montante de R\$ 994.817 (2023 - nota 23). Referem-se, também, a variação cambial positiva sobre saldos registrados em moeda estrangeira no valor de R\$ 8.829 (2023 - despesa de R\$ 6.213). As despesas operacionais refere-se principalmente, por despesas tributárias no valor de R\$ 119.554 (2023 - R\$ 84.424)

25) Benefícios a empregados

	2024	2023
Proventos	(356.390)	(298.088)
Encargos	(149.498)	(117.953)
Benefícios e treinamentos	(58.314)	(52.740)
Pagamento baseado em ações	(96.204)	(40.921)
Total	(660.406)	(509.702)

26) Outras despesas administrativas

	2024	2023
Serviços do sistema financeiro ⁽¹⁾	(75.367)	(67.871)
Depreciação e amortização	(22.872)	(23.026)
Processamento de dados	(24.997)	(21.952)
Serviços de terceiros	(6.783)	(8.526)
Comunicação, publicações, propaganda e publicidade	(4.628)	(4.928)
Serviços técnicos especializados ⁽²⁾	(7.130)	(7.391)
Materiais, manutenção e conservação de bens	(5.497)	(5.460)
Seguros, vigilância e segurança	(4.830)	(4.576)
Contribuições filantrópicas	(4.447)	(4.087)
Promoções e relações públicas	(4.223)	(4.833)
Viagens	(12.258)	(9.829)
Aluguel	(2.127)	(1.238)
Outras despesas administrativas	(12.742)	(8.543)
Total	(187.901)	(172.260)

(1) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, serviços do sistema financeiro incluem comissões por indicação ("referral fees") e comissões de distribuição de Certificados de Operações Estruturadas ("COE") emitidos pelo Banco.

(2) Outras despesas administrativas corresponde principalmente, despesas com IBD.

27) Imposto de renda (IR) e contribuição social (CS)

(a) Cálculo do imposto sobre o lucro tributável

	2024	2023
Resultado antes da tributação sobre o lucro	1.401.063	688.174
Participação nos lucros	(11.576)	(10.693)
Juros sobre o capital próprio	-	(23.000)
Resultado antes da tributação sobre o lucro ajustado	1.389.487	654.481
Alíquota vigente do imposto de renda e contribuição social	(625.269)	(294.517)
Diferenças temporárias	20.512	784
Diferenças permanentes	102.418	860
Total	(502.339)	(292.872)

(b) Alíquotas efetivas

	2024	2023
Lucro líquido antes da tributação	1.389.487	688.174
Impostos de renda e contribuição social	(502.339)	(292.872)
Alíquota efetiva	(36%)	(43%)

(c) Impostos correntes

	2024	2023
Impostos e contribuições sobre lucros ⁽¹⁾	267.784	91.512
Impostos sobre serviços de terceiros	14.819	23.100
Imposto e contribuições sobre salários	14.319	13.185
Outros	25.455	11.919
Total	322.377	139.716

(1) Para fins de apresentação do balanço patrimonial o saldo de imposto de renda e contribuição social a compensar, no montante de R\$ 20.085 (2023 - R\$ 19.080) foi compensado contra o saldo de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a pagar, conforme requerido pelo IAS 12.

(d) Impostos diferidos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o Consolidado reconhece ativo diferido fiscal sobre imposto de renda e contribuição social relativos a prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, nos montantes de R\$ 224.195 e R\$ 176.818, respectivamente. A previsão de realização dos ativos fiscais diferidos no montante de R\$ 401.013 é estimada em 15% no primeiro ano, 4% no segundo, 1% no terceiro, 10% no quarto e 0% no quinto ano. Os 70% restantes são realizáveis nos cinco anos seguintes. O valor presente dos ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social, calculados considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base nas taxas médias de captação do Consolidado, monta a R\$ 105.793 e R\$ 82.564, respectivamente. O valor presente dos passivos fiscais diferidos monta a R\$ 193.519 e R\$ 154.815, respectivamente. O valor dos ativos fiscais diferidos não ativado sobre o prejuízo fiscal totaliza R\$ 9.051 (2023 - R\$ 9.051)

Os ajustes temporários decorrentes da conversão das práticas contábeis emitidas pelo Banco Central do Brasil e as normas em IFRS totalizam uma despesa no montante de R\$ 80.855 (2023 - receita de R\$ 102.162).

Em 31 de dezembro de 2024 as obrigações fiscais diferidas totalizam R\$ 407.556 (2023 - R\$ 986.353).

Para fins de apresentação do balanço patrimonial o saldo do passivo fiscal diferido foi compensado contra o saldo de ativo fiscal diferido, conforme requerido pelo IAS 12.

28) Reconciliação entre as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e as normas internacionais de contabilidade (IFRS) aplicáveis ao patrimônio líquido e total de ativo consolidados

As Demonstrações Contábeis Individuais do Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A e Goldman Sachs Corretora de Valores Mobiliários S.A. são elaboradas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) diferentemente destas Demonstrações Contábeis Consolidadas que são elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”. Abaixo está demonstrada a reconciliação das principais diferenças encontradas em atendimento à Resolução CMN nº 4.818/20, líquidas de seus efeitos de impostos:

	2024	2023
Patrimônio líquido em BR GAAP	4.045.817	3.158.801
Conversão dos saldos em moeda estrangeira de SPOT B3 para taxa SPOT	(627)	(100)
Ajuste de <i>funding</i> dos instrumentos financeiros derivativos (FVA)	19	(30)
Efeito de IR e CS sobre ajustes de IFRS	(1.348)	(19.642)
Mensuração das Operações Ativas Compromissadas Valor Justo no Resultado	-	1.262
Mensuração das Operações de Arrendamento	2.139	947
Reversão de provisão para perdas esperadas de crédito	1.465	8.029
Mensuração a valor justo de recebíveis no resultado	-	33.541
Constituição/(Reversão) de Ativo Fiscal Diferido acima de 10 anos	2.925	105.617
Reconhecimento do risco de crédito próprio na mensuração do valor justo de instrumentos financeiro passivos derivativos (DVA)	121.181	-
Patrimônio líquido em IFRS	4.171.571	3.288.425

	2024	2023
Lucro Líquido em BR GAAP	883.562	317.531
Conversão dos saldos em moeda estrangeira de SPOT B3 para taxa Spot	(290)	103.305
Reclassificação do MTM sobre o plano de pagamento baseado em ações	4.088	(115)
Ajuste de <i>funding</i> dos instrumentos financeiros derivativos (FVA)	27	(190)
Mensuração das Operações de Arrendamento	656	(97)
Reversão da Mensuração das Operações Ativas Compromissadas Valor Justo no Resultado	(694)	(28)
(Constituição)/reversão de provisão para perdas esperadas de créditos	(3.610)	1.235
Mensuração a valor justo de recebíveis no resultado	(18.447)	18.447
Constituição/(Reversão) de Ativo Fiscal Diferido acima de 10 anos	(99.337)	(45.160)
Reconhecimento do risco de crédito próprio na mensuração do valor justo de instrumentos financeiro passivos derivativos (DVA)	121.181	-
Reclassificação de instrumentos financeiros para Valor Justo por meio do Resultado (Debênture)	12	374
Lucro Líquido em IFRS	887.148	395.302

DIRETORIA

André dos Santos Mendonça
Carlos Alberto R. Loureiro Júnior
Cristina Estrada Peredo
Juliano Meira Campos Arruda
Kathia Aparecida Autuori
Leorem Carneiro de Oliveira

CONTADORA

Paula Penna Moreira
Ricardo Donisete Stabile
Ricardo Genis Mourão
Ricardo Henrique Tardelli Bellissi
Sílvia Regina C. Valente

Tatiana L. M. Navarro
Baldivieso
CRC 1SP240271/O-7

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria Único do Conglomerado (“Comitê”) tem por finalidade auxiliar e efetuar recomendações às diretorias do Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. (“Banco”) e da Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Corretora), que compõem o Conglomerado Financeiro Goldman (Conglomerado), no que diz respeito à avaliação da adequação dos sistemas de controles internos e dos trabalhos da auditoria independente e interna do Conglomerado, bem como à revisão das demonstrações financeiras consolidadas do Banco e da controlada Corretora, preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer da auditoria independente do Conglomerado, dentre outras atribuições.

O Comitê foi constituído em Assembleia Geral Extraordinária do Banco realizada em 29 de janeiro de 2016, homologado pelo BACEN em 09 de março de 2016, e instalado em 31 de março de 2016 mediante reunião extraordinária de seus membros. Atualmente, o Comitê é composto por três membros, um Diretor do Banco e dois membros externos independentes, todos nomeados e empossados de acordo o disposto do art. 9º da Resolução CMN nº 4.910, de 27 de maio de 2021.

Dentre as principais atividades exercidas pelo Comitê, no âmbito de suas atribuições para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, destacam-se: (a) a avaliação da adequação dos sistemas de controles internos e da atuação da auditoria independente e interna do Conglomerado; e (b) a avaliação da qualidade das demonstrações financeiras consolidadas do Banco e da controlada Corretora, preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Para assegurar a adequação do ambiente de controles internos e dos trabalhos das auditorias independente e interna, o Comitê abordou diversas atividades de controle exercidas sob a égide de um conjunto de políticas e procedimentos que objetivam a aderência a dispositivos legais e regulamentares, com ênfase nos processos de avaliação de risco e detecção de eventuais deficiências existentes. No contexto da avaliação da adequação dos sistemas de controles internos, o Comitê realizou reuniões com as diretorias de negócios e áreas responsáveis por operações, controles internos e compliance. O Comitê também realizou reuniões com as auditorias independente e interna para avaliar os respectivos planos de auditoria, inclusive no tocante à independência e à qualidade dos trabalhos, assim como os resultados dos trabalhos executados durante o exercício. Como consequência desses procedimentos, no contexto das atribuições do Comitê, nenhuma deficiência relevante foi identificada, assim como, os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna foram satisfatórios e compatíveis com as funções e responsabilidades das mesmas.

Com base nas atividades acima mencionadas e no âmbito de suas atribuições, o Comitê recomenda que as demonstrações financeiras consolidadas do Banco e da controlada Corretora, preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) relativas ao exercício findo 31 de dezembro de 2024, sejam aprovadas pela Diretoria.

26 de março de 2025

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas da Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("Banco") e sua controlada, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

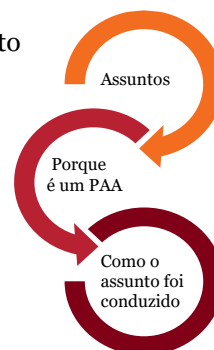
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2024, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos (Notas 4(a) e 11(d))

O Banco atua de forma significativa no mercado de derivativos, sendo que tais operações são mensuradas ao valor justo, determinado com base em preços, indexadores e parâmetros que são observáveis no mercado e com a utilização de modelos internos de precificação.

Mantivemos essa uma área de foco de auditoria devido a utilização de modelos internos de mensuração do valor justo, que consideram premissas e técnicas de avaliação que poderiam produzir estimativas de valor justo significativamente diferentes.

Nossos procedimentos incluíram a atualização do nosso entendimento e testes sobre os controles relevantes identificados no processo de mensuração do valor justo dos instrumentos derivativos.

Nossos procedimentos também consideraram a reconciliação dos saldos contábeis com a posição analítica dos sistemas, verificação de dados das operações com a posição de custódia e, em base amostral, a verificação dos contratos para obter o conforto sobre a acuracidade dos dados das operações consideradas no cálculo do valor justo.

Com o apoio de nossos especialistas em precificação de instrumentos financeiros derivativos, analisamos as principais metodologias de valorização desses instrumentos financeiros.

Reperformamos, em base amostral, a valorização de determinadas operações, bem como analisamos a consistência das premissas e metodologias utilizadas pela administração com as práticas de mercado, bem como analisamos a consistência das metodologias e premissas com as aplicadas em períodos anteriores.

Consideramos que os modelos e premissas adotados pela Administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.

Preço de Transferência (Notas 23 e 24)

Em 2024 entrou em vigor a Lei 14.596 que alterou as normas de preços de transferência com o objetivo de promover um maior alinhamento das normas brasileiras com as diretrizes da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Até 31 de dezembro de 2023, o Banco apurava os preços de transferência com base no modelo MCL - Custo mais Lucro, que consiste em comparar a margem de lucro bruto, calculada sobre os custos da transação com partes vinculadas, com as margens de lucro bruto

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, obtivemos do auditor independente do grupo a descrição sobre o entendimento dos processos e controles, centralizados na matriz, adotados para apuração dos preços de transferência, incluindo os testes sobre controles relacionados a: (i) estabelecimento e aprovação da metodologia utilizada pela administração; (ii) identificação das operações sujeitas ao processo de preços de transferência; (iii) reconciliação dos saldos contábeis com a

Porque é um PAA

obtidas em transações comparáveis realizadas entre partes não vinculadas.

A partir da entrada em vigor das diretrizes da referida Lei, o Banco aderiu a metodologia MDL-Divisão do Lucro, que consiste na divisão dos lucros ou das perdas apuradas em uma transação com parte vinculada, com a que seria estabelecida entre partes não relacionadas em uma transação comparável. A Goldman Sachs adota os seus processos e procedimentos globais para a apuração centralizada dos preços de transferência previstos pela metodologia de divisão dos resultados.

Considerando a relevância dos valores, os processos e julgamentos envolvidos para a determinação e mensuração dos valores envolvidos, consideramos essa uma área de foco de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

posição analítica dos sistema; e (iv) aprovação para registro contábil dos valores apurados nos preços de transferência.

Os procedimentos de auditoria consideraram também: a análise da consistência da metodologia utilizada nos modelos com as aprovadas pela administração; recálculo em base amostral das operações de determinadas operações; e revisão das políticas de preços de transferência de acordo com as regulamentações fiscais.

Adicionalmente, executamos procedimentos que envolveram a combinação de testes sobre: confirmação de saldos relativos a operações de preços de transferência com as demais empresas do grupo e verificação da liquidação subsequente dos valores registrados em 31 de dezembro de 2024.

Consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras estão consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco e sua controlada, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e sua controlada, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e sua controlada, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e sua controlada, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de março de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador CRC 1SP172940/O-6